

**O Que Há de
Errado
com a
Política**



Arnaldo Sisson Filho



Arnaldo Sisson Filho – Editor

O Que Há de Errado com a Política?

Arnaldo Sisson Filho

Dados da primeira edição:

1– O Que Há de Errado com a Política?

Editado pela SHB (Sociedade Humanitarista no Brasil)

Porto Alegre, 1994. 107 pp.

2– O Que Há de Errado com a Política?

A versão original está, na íntegra, na Internet, desde 2005

<http://www.humanitarismo21.com/index.htm>

Outras informações:

Dados desta edição

ISBN

Copyright

etc

“Em seguida, o velho filósofo (Herbert Marcuse) falou algo que é bastante conhecido dos teóricos do Terceiro Mundo. Não há um sábio, disse ele, mesmo um sábio burguês, que seja capaz de negar a evidência de que é possível acabar com a fome e a miséria através das forças atuais de produção. Isto só não acontece por causa da desorganização sócio-política do Planeta.”
(Fernando Gabeira, *Vida Alternativa*, p. 9)

“Seria algo insensato, em si mesmo contraditório, estimar poder ser realizado o que até aqui não se conseguiu fazer, salvo se se fizer uso de procedimentos ainda não tentados.” (Francis Bacon, *Novum Organum* – 1620)

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS

1 – INTRODUÇÃO

2 – A UNIDADE SUBJACENTE À HUMANIDADE

3 – AS DIFERENÇAS DE CAPACIDADE ENTRE OS SERES HUMANOS

4 – O LIBERALISMO: PREMISSAS E SISTEMA POLÍTICO

5 – AS FALHAS DA DEMOCRACIA LIBERAL

6 – AS PREMISSAS E AS FALHAS DO MODELO MARXISTA

7 – OS PROBLEMAS MUNDIAIS E OS MODELOS POLÍTICOS DOMINANTES

8 – A DEMOCRACIA DO FUTURO

9 – A SOCIEDADE HUMANITARISTA E A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO

BIBLIOGRAFIA

AGRADECIMENTOS

Desejo expressar minha gratidão a todas as pessoas que, de uma forma ou outra, citadas e não citadas, colaboraram para que esta obra se tornasse possível.

De forma particular, no entanto, destacarei apenas algumas pessoas, às quais dedico especial reconhecimento:

- Philip E. Converse, cujas obras foram importantes instrumentos teóricos e empíricos na realização desse trabalho;
- João Batista e Marly, companheiros dos primeiros tempos da Sociedade Humanitarista, em Porto Alegre;
- Marina, minha esposa e companheira de ideal, pelo apoio em todos os sentidos.

Com eles reparto os eventuais méritos que esse trabalho possa conter. As falhas e limitações, naturalmente, são de responsabilidade do autor.

1 – INTRODUÇÃO

Os fatos da vida política brasileira, bem como dos demais países do mundo, deixam pouca dúvida de que existe algo de bastante errado na forma da organização política desses países.

Os muitos episódios de corrupção de diferentes tipos que atingiram um grande número de políticos nos postos mais altos das nações, além, é claro, da persistência ou mesmo do agravamento dos terríveis problemas econômicos, sociais e ambientais (desemprego, criminalidade, violência, exaustão dos recursos naturais, desequilíbrios ambientais e poluição crescentes, etc.), compõem um quadro desalentador que requer uma explicação mais profunda, do mesmo modo que o encaminhamento de uma solução eficaz.

Casos de corrupção envolvendo dirigentes políticos do mais alto nível não são, de modo algum, típicos apenas de países pobres. Eles têm ocorrido em grande número também nas nações mais ricas a exemplo dos Estados Unidos, do Japão, da Alemanha e da Itália. Esse fato demonstra que também há algo de muito errado na organização política desses países, que costumam ser apontados como exemplos para os demais.

Mas o que torna mais dramática essa constatação no caso dos países pobres é a situação de miséria e desamparo em que se encontra grande parte da população desses países – situação que por si só exige para ser superada uma grande eficiência e probidade na direção dos assuntos políticos. Assim sendo, esses defeitos aparentemente comuns nos sistemas políticos, tanto das nações ricas quanto das pobres, se tornam absolutamente intoleráveis dentro da realidade das nações pobres.

Os Sistemas Políticos Dominantes

Ao longo deste texto procuraremos demonstrar que os sistemas políticos dominantes na atualidade são estruturalmente incompetentes e que, portanto, não é de causar qualquer surpresa que tantos problemas aconteçam. Isto é, procuraremos demonstrar que tanto os sistemas políticos chamados de democracias liberais (como o que hoje está vigente no Brasil), quanto os sistemas de inspiração marxista (que até pouco tempo predominavam na ex-União Soviética e no leste europeu, e que ainda predominam em países como a China ou Cuba), apresentam falhas muito sérias, as quais estão na base da grave situação mundial de nossos dias.

Isto para falar apenas dos sistemas dominantes na segunda metade do século XX, pois os exemplos do Fascismo italiano e do Nacional Socialismo (Nazismo) alemão, que foram importantes na primeira metade do século XX, são ainda piores devido, entre outras coisas, ao acirramento do nacionalismo e do racismo.

A Necessidade de um Novo Sistema Político

Francis Bacon, o grande sábio inglês do final do século XVI e início do século XVII – que é tido como sendo talvez o maior dentre os pioneiros do método científico, que se tornou tão importante no desenvolvimento dos últimos séculos – escreveu em sua obra ***Novum Organum*** (“*Novo Órgão*”) de 1620 que:

“Seria algo insensato, em si mesmo contraditório, estimar poder ser realizado o que até aqui não se conseguiu fazer, salvo se se fizer uso de procedimentos ainda não tentados.”

Essa citação de Francis Bacon se aplica perfeitamente ao argumento central da presente obra, o qual diz respeito à necessidade imperiosa de que se desenvolva um novo sistema político. Isto porque este livro objetiva contribuir para a realização de algo que até aqui não se conseguiu fazer, que é a superação da situação de terrível miséria, tanto econômica quanto política, ambiental e moral, em que se encontra grande parte da humanidade, especialmente aquela parte que habita nos países pobres, nos quais vivem 2/3 da população mundial. Em resumo, este texto afirma, sobretudo, que essa situação dos países pobres não poder ser superada se não “se fizer uso de procedimentos ainda não tentados”, especialmente quanto ao desenvolvimento de um novo sistema político.

Nesse sentido, precisamos perceber claramente o fato de que os sistemas políticos atuais fundamentam-se em premissas básicas a respeito dos seres humanos, e que não é possível defender-se teses como as aqui apresentadas sem levar-se em conta determinadas idéias filosóficas ou metafísicas (idéias que dizem respeito a coisas que estão além da existência meramente física, isto é, que dizem respeito a questões ético-morais e psico-espirituais), especialmente em relação às nossas concepções a respeito da natureza e das capacidades dos seres humanos.

O professor C. B. Macpherson da Universidade de Toronto no Canadá – em sua conhecida obra ***A Democracia Liberal: Origens e Evolução*** – refere-se da seguinte maneira à importância destes pressupostos a respeito dos seres humanos ao considerarmos os sistemas políticos:

“Para mostrar que um modelo de sistema político ou de sociedade, existente ou ainda não existente, mas desejado, é praticável, isto é, para que se possa esperar que atue bem por longo prazo, deve-se admitir alguns pressupostos sobre os seres humanos, pelos quais e com os quais se há de contar. De que tipo de conduta política são eles capazes? Trata-se, evidentemente, de uma questão fundamental. Um sistema político que exigisse, por exemplo, que os cidadãos tenham mais racionalidade ou mais zelo político do que têm ostensivamente agora, ***e mais do que se poderia esperar em qualquer circunstância social a que se chegue***, não mereceria muita defesa.” (p. 12)

Por isto, ao criticarmos os sistemas políticos atuais como sendo equivocados e incompetentes para gerar uma ordem social justa e, portanto, como estando na base da situação de miséria em que se encontra grande parte da população mundial, bem como ao propormos novas regras para a organização política das sociedades, muito especialmente para aquelas do Terceiro Mundo, não poderemos deixar de criticar os atuais pressupostos a respeito da natureza e das capacidades dos seres humanos.

Há uma passagem de E. F. Schumacher, em sua obra ***O Negócio É Ser Pequeno***, que foi um grande *best-seller* anos atrás, na qual ele afirma essa conexão lógica entre a adesão a idéias falsas e a miséria daí resultante. Vejamos esta interessante passagem:

“Todas as matérias, não importa quão especializadas, ligam-se a um centro; são como raios emanando de um sol. O centro é constituído por nossas

convicções mais básicas, pelas idéias que realmente têm força para nos mover. Por outras palavras, o centro consiste de Metafísica e Ética, de idéias que – gostemos ou não disso – transcendem o mundo dos fatos. Por transcenderem este mundo, não podem ser provadas ou reprovadas pelo método científico comum. Isto não quer dizer, contudo, que elas sejam puramente “subjetivas” ou “relativas”, ou meras convenções arbitrárias. Têm de ser fiéis à realidade, embora transcendam o mundo dos fatos (...) Se não forem fiéis à realidade, a adesão a tal conjunto de idéias tem de conduzir inevitavelmente a uma catástrofe.” (p. 80)

O argumento central deste texto está relacionado exatamente com isso: – que a miséria física a que está submetida grande parte da população mundial está ligada aos equívocos dos sistemas políticos dominantes, os quais, por sua vez, são derivados de pressupostos metafísicos e éticos equivocados, especialmente no que diz respeito à natureza essencial e às capacidades dos seres humanos.

Há outra passagem, nessa mesma obra citada de E. F. Schumacher, que a nosso ver situa e sintetiza muito bem o cerne dos equívocos metafísicos e éticos da época atual, dos quais se derivam as atuais regras do jogo político:

“Apesar das idéias do século XIX negarem ou eliminarem a hierarquia de níveis no universo, a noção de uma ordem hierárquica é instrumento indispensável à compreensão. Sem o reconhecimento de “Níveis de Ser” ou de “Graus de Significação” não podemos tornar o mundo inteligível (...) Talvez a tarefa do homem – ou simplesmente, se se preferir, a felicidade do homem – seja alcançar um grau superior de realização de suas potencialidades, um nível de ser ou “grau de significação” mais elevado do que o que lhe advém “naturalmente”: mas não podemos sequer estudar essa possibilidade sem o reconhecimento prévio de uma estrutura hierárquica. Na medida em que interpretarmos o mundo através das grandes e centrais idéias do século XIX permaneceremos cegos a essas diferenças de nível, por termos sido cegados.” (p. 82)

Ao longo da obra tentaremos evidenciar que essa insuficiência na percepção das “diferenças de níveis”, de fato, está na raiz dos principais equívocos das correntes de pensamento sócio-político dominantes em nossa época, isto é, o Liberalismo e o Marxismo.

A luta entre essas duas correntes e os sistemas políticos e econômicos delas derivados marcaram, centralmente, a segunda metade deste século XX, com todo o processo da chamada “Guerra Fria”. No atual momento, contudo, já no início do século XXI, a democracia liberal alcançou uma avassaladora hegemonia, especialmente após as mudanças ocorridas na ex-União Soviética e em todo o leste europeu.

O Humanitarismo

Segundo a visão de mundo que orienta o desenvolvimento deste livro – uma perspectiva ético-filosófica do ser humano que denominamos de Humanitarismo – os erros fundamentais tanto do Liberalismo quanto do Marxismo residem justamente na falha de uma apropriada percepção dos aspectos da unidade e da diversidade inerentes à espécie humana. Em vista disso, parece oportuno colocar que toda a visão ético-filosófica do Humanitarismo está centrada em apenas quatro grandes princípios, que são os seguintes:

- 1 – Todos os seres humanos constituem uma FRATERNIDADE;**
- 2 – Todos os seres humanos possuem uma mesma origem e uma mesma natureza essencial e, portanto, IGUAL VALOR;**
- 3 – Não obstante a sua unidade e igualdade essenciais, os seres humanos apresentam CAPACIDADES DIFERENCIADAS;**
- 4 – Em vista destes princípios, a norma que deve presidir a justiça e a harmonia possíveis entre os seres humanos é a da IGUALDADE DE OPORTUNIDADES para o desenvolvimento de suas capacidades individuais diferenciadas.**

O Plano Geral da Obra

Nos capítulos posteriores examinaremos, ainda que sinteticamente, quais são os pressupostos gerais a respeito dos seres humanos dentro do Liberalismo e do Marxismo. Procuraremos, em síntese, mostrar de que modo essas duas correntes, embora sob diferentes premissas, tendem a nivelar os seres humanos dentro de um mesmo padrão uniforme. O Liberalismo baseado na concepção do ser humano como um agente essencialmente egoísta, e o Marxismo em uma concepção materialista e historicista do ser humano.

A existência simultânea de uma unidade fundamental e de uma grande diversidade de capacidades não tem sido percebida em nossa época como sendo as características básicas da humanidade. E essa falha marcante de nossa época está relacionada ao grande predomínio do Liberalismo e do Marxismo, com suas concepções fragmentadoras e niveladoras.

Por essa razão se faz necessário iniciarmos com uma apresentação a respeito desses dois aspectos – da unidade e da diversidade humanas – a fim de que possamos ter um panorama mais claro da concepção de ser humano que está sendo usada para criticar as premissas do Liberalismo e do Marxismo.

Mais adiante, então, apresentaremos e criticaremos as premissas e os modelos políticos derivados do Liberalismo e do Marxismo. Depois, procuraremos mostrar através de uma rápida análise de alguns dos mais graves problemas do Brasil, como esses problemas estão, de fato, relacionados com as falhas do sistema político atual.

Acreditamos que, por analogia, os principais elementos desta análise possam ser aplicados a muitos outros países, especialmente àqueles mais pobres ou do Terceiro Mundo.

Finalmente, sugeriremos um modelo político alternativo derivado da visão de humanidade aqui apresentada. Como essa visão está ligada ao Humanitarismo, concluiremos com um capítulo a respeito do Humanitarismo e da Sociedade Humanitarista, a qual encerra uma proposta prática e de transformação social baseada nos princípios e no modelo de organização aqui defendidos.

2 – A UNIDADE SUBJACENTE À HUMANIDADE

Unidade e Diversidade nas Tradições Religiosas

Uma visão a respeito da humanidade que contemple simultaneamente uma unidade fundamental e uma grande diversidade de capacidades não é absolutamente nova. Ela está presente em praticamente todas as grandes tradições religiosas, embora mesmo dentro dessas tradições ela tenha sido corrompida de inúmeras maneiras, a exemplo do sistema de castas do Hinduísmo, ou da ordem estratificada do feudalismo relacionada com o Cristianismo, entre tantos outros exemplos.

De fato, essa degeneração ocorrida no campo das religiões está na raiz das falhas de percepção, hoje dominantes, acerca da natureza e das capacidades dos seres humanos. Porém, uma análise dessas questões no campo das religiões nos levaria muito além dos limites a que nos propusemos nessa obra. Ou seja, a obra ficaria muito acrescida em seu número de páginas, o que traria dificuldades adicionais para sua leitura.

No entanto, o fato de não analisarmos nessa obra a degeneração das interpretações religiosas acerca da natureza e das capacidades humanas não quer dizer que os equívocos filosóficos dominantes na atualidade (as teses centrais do liberalismo e do marxismo) não sejam decorrentes, justamente, das falhas e idolatrias materialistas que dominavam e que ainda dominam no campo das grandes tradições religiosas.

Apesar disso, esse conhecimento fundamental está presente, como dissemos acima, nas grandes tradições religiosas, muito embora hoje ele esteja, via de regra, encoberto por grossas camadas de superstição e de idolatria materialista.

Tendo em mente esse alerta, vejamos, mesmo assim, algumas citações extraídas dos textos de várias tradições religiosas, com o propósito de evidenciarmos, por meio do método comparativo, a existência milenar deste conhecimento dos dois aspectos fundamentais acima referidos – a unidade e a diversidade. Pois, como está escrito num dos Vedas (da tradição hinduísta): **“A verdade é uma só, mas os sábios falam dela sob muitos nomes”**.

Estas citações são meros exemplos, entre uma quantidade muito grande de outras passagens que podem ser encontradas nessas tradições religiosas. Elas foram agrupadas dentro dos aspectos **“Unidade”** e **“Diversidade”** para facilitar a visualização desses dois aspectos fundamentais. A seqüência das religiões segue tão somente à ordem alfabética.

Budismo

Unidade:

“Na Essência (no Absoluto) não há olhos, nem ouvidos, nem nariz, nem língua, nem audição, nem olfato, nem gustação, nem tato, nem processo mental, nem objetos desse processo mental, nem conhecimento, nem ignorância. Não há destruição de objetos ou cessação de conhecimento, nem cessação de ignorância.

“Na Essência (no Absoluto) não há as Quatro Nobres Verdades: não há Dor, nem causa da Dor, nem cessação da Dor, nem Nobre Caminho que leva à cessação da Dor. Não há decadência ou morte, nem destruição da noção de decadência e morte. Não há o conhecimento do Nirvana, não há obtenção do Nirvana, nem não-obtenção do Nirvana.” (***Maha-Prajna-Paramita***)

Diversidade:

“Poucos são os homens que chegam à outra margem do rio; a maioria deles se contenta em permanecer na mesma margem, subindo-a e descendo-a.” (***Dhammapada***, 49a)

“O néscio pode associar-se a um sábio toda a sua vida, mas percebe tão pouco da verdade como a colher do gosto da sopa. O homem inteligente pode associar-se a um sábio por um minuto, e perceber tanto da verdade quanto o paladar do sabor da sopa.” (***Dhammapada***, 64-65)

“Contempla este mundo, adornado como uma carruagem real! Os néscios estão encarapitados nele, mas os sábios não estão presos a ele.” (***Dhammapada***, 171)

“Que grandes, pequenos e médios façam todos o melhor ao seu alcance.” (***Játacas***, 121)

Confucionismo

Unidade:

“Deus produziu o que há de bom em nós.” (***Analectos***, VII)

Diversidade:

“O homem superior pensa em seu caráter; o homem inferior pensa em sua posição. O homem superior busca o que é correto; o inferior, o que é lucrativo.” (***Analectos***, IV)

“O bom e o mau governo dependem dos dirigentes. Os cargos devem ser confiados, não aos favoritos do príncipe, porém somente aos homens capazes. As funções devem ser confiadas, não aos homens viciosos, porém aos homens eminentes por suas virtudes e por seus talentos.” (***Chu-King***, VIII, II, 5)

Cristianismo

Unidade:

“Deus é amor; aquele que permanece no amor permanece em Deus, e nele permanece Deus.” (***João***, 4:16)

“Mente quem diz “amo a Deus”, mas odeia seu irmão. Quem ama a Deus ama também a seu irmão”. (***João***, 4:20-21)

“De um só sangue Ele fez todas as gerações humanas.” (***Atos***, 17:26)

“Em verdade vos digo que o quanto fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes.” (**Mateus**, 25:40)

Diversidade:

“Porque assim é (o Reino dos Céus) como um homem que, ao ausentar-se para longe, chamou seus servos e lhes entregou os seus bens. E deu a um cinco talentos, e a outro dois, e a outro deu um, a cada um segundo a sua capacidade, e partiu logo.” (Parábola dos Talentos, **Mateus**, 25:14-15)

“Eis que o semeador saiu a semear. Quando semeava, uma parte das sementes caiu à beirada do caminho, e vieram as aves e a comeram. Outra parte caiu nos lugares pedregosos, onde não havia muita terra; logo nasceu, porque a terra não era profunda, e tendo saído o sol, queimou-se; e porque não tinha raízes, secou-se. Outra caiu entre os espinhos, e os espinhos cresceram e a sufocaram. Outra caiu na terra boa e deu frutos, havendo grãos que rendiam cem por um, outros sessenta, outros trinta por um. O que tem ouvidos para ouvir, ouça.” (Parábola do Semeador, **Mateus**, 13:3-8)

Hinduísmo

Unidade:

“O verdadeiro conhecimento é ver uma vida imutável em todos os seres, e ver nos seres separados o Uno Inseparável.” (**Bhagavad-Gita**, XVIII)

“Amar todas as coisas, grandes ou pequenas, tal como Deus as ama, eis a verdadeira religião.” (**Hitopadexa Upanishade**)

Diversidade:

“O mundo dos homens, achando-se sob o domínio da ilusão dessas três qualidades da natureza (“gunas”), não compreende que Eu sou superior a elas, e conservo-Me intacto e imutável no meio dos inúmeros acontecimentos e mudanças.

“Esta ilusão é muito forte, e tão denso é o seu véu que é difícil aos olhos humanos penetrá-lo. Somente aqueles que a Mim se dirigem e se deixam iluminar pela chama que está detrás da fumaça, vencem a ilusão e chegam até Mim.

“Malfeitores e tolos não me procuram, nem aqueles que nutrem pensamentos baixos, nem aqueles que vêem, no vasto espetáculo da natureza, somente o jogo das forças, sem diretor; nem aqueles que extinguiram em si a centelha da vida espiritual e se tornaram plenamente materialistas.

“Há quatro classes de gente que a Mim se dirigem: – os infelizes, os que investigam a verdade, os bondosos e os sábios.” (**Bhagavad-Gita**, VII)

Islamismo

Unidade:

“Ó Povo! Servi Alá, que vos criou, a vós e aos que vos precederam. Ele fez a terra para vosso assento e o céu para vosso dossel. E ele faz cair chuva do céu para produzir os frutos com que vos sustentais.” (**Corão**, 2:20)

Diversidade:

“Fala aos homens segundo suas capacidades mentais; se lhes falares de coisas que não podem compreender, poderão incidir em erro.” (**Hadith ou Máximas de Maomé**, 143)

Judaísmo

Unidade:

“Não temos todos nós um mesmo Pai? Não nos criou um mesmo Deus?” (**Malaquias**, 2:10)

“Toda sabedoria vem de Deus, e com Ele está e esteve sempre, antes de todos os séculos.” (**Eclesiástico**, 1:1)

Diversidade:

“Quando os justos governam, o povo se regozija; mas quando no poder estão os perversos, o povo geme.” (**Provérbios**, 29:2)

“Entre os homens se distinguem quatro tipos de caráter. O neutro, que é daquele que diz: – ‘o que é meu é meu, e o que é teu é teu’. O rústico, que é daquele que diz: – ‘o que é meu é teu, e o que é teu é meu’. O santo, que é daquele que diz: – ‘o que é meu é teu, e o que é teu é teu’. E o perverso, que é daquele que diz: – ‘o que é meu é meu, e o que é teu é meu’.” (**Máximas dos Pais**, 5:13)

Taoísmo

Unidade:

“Há uma coisa que existia antes do começo da terra e do céu, e o seu nome é o Tao [o grande princípio de ordem universal, sintetizador e harmonizador do “Yin” e do “Yang”]. O homem adapta-se à terra; a terra adapta-se ao firmamento; o firmamento adapta-se ao Tao; o Tao adapta-se à sua própria natureza.” (**Tao-Te-King**, 25)

“O Tao é inominável e oculto, e contudo todas as coisas se realizam nele.” (**idem**, 41)

Diversidade:

“É fácil seguir o grande Tao, mas o povo vagueia pelas veredas.” (**Tao-Te-King**, 53)

Xintoísmo

Unidade:

“Todos os homens são irmãos; todos recebem as bênçãos do mesmo céu.”
(Provérbio do **Kurozomi Kyo**)

Diversidade:

“Para todas as coisas, grandes ou pequenas, cumpre descobrir o homem certo, e elas serão bem administradas.” (**Nihongi ou Crônicas do Japão**, cap. 22)

Como vemos, podemos encontrar nas várias tradições religiosas ensinamentos que corroboram a perspectiva contida nos princípios do Humanitarismo a respeito da existência de uma unidade essencial e de uma grande diversidade de capacidades manifestadas.

A seguir examinaremos essas duas características básicas da humanidade à luz de informações oriundas das ciências contemporâneas. Inicialmente, no restante desse capítulo, reuniremos alguns conhecimentos científicos que esclarecem e corroboram o aspecto da “unidade”. No seguinte capítulo faremos o mesmo em relação ao aspecto da “diversidade”.

A Unidade nas Ciências Contemporâneas

Fritjof Capra, físico de renome internacional e autor do best-seller **O Tao da Física**, situa muito bem nessa obra a questão da unidade sob o ponto de vista da física contemporânea, inclusive em comparação à visão religiosa ou mística.

No capítulo “A Unidade de Todas as Coisas” ele examina como a teoria quântica e recentes experimentos no campo da física das partículas subatômicas tendem a corroborar e se aproximam muito da visão de mundo dos místicos.

Não é necessário repetirmos aqui tais desenvolvimentos científicos, os quais já são bem conhecidos pelas pessoas da área e podem ser complicados para os leigos no assunto. Citaremos apenas um parágrafo em que Fritjof Capra resume sua posição a respeito desse assunto:

“A física moderna, é claro, trabalha numa perspectiva muito diferente e não pode ir tão longe (quanto à visão do místico) na experiência da unidade de todas as coisas. Mas na teoria atômica ela deu um grande passo na direção da visão de mundo dos místicos. A teoria quântica aboliu a noção de objetos fundamentalmente separados, introduziu o conceito do participante para substituir aquele do observador, e pode até mesmo achar necessário incluir a consciência humana em sua descrição do mundo. Ela passou a ver o universo como uma rede interconectada de relações físicas e mentais, cujas partes são definidas somente através de suas conexões com o todo.” (**The Tao of Physics**, p. 129)

Essa básica e estreita interconexão de todas as coisas na natureza parece ser o limite a que podemos chegar com o auxílio da ciência, no que diz respeito ao reconhecimento de uma unidade subjacente à humanidade. Como podemos ler na obra de Capra, ela se deriva muito naturalmente da teoria quântica. Contudo, essa estreita interconexão pode ser observada sob uma perspectiva científica em muitas outras áreas. Um outro exemplo muito iluminador está no campo da astrofísica, ao observarmos a nossa completa dependência do Sol na manutenção de toda a vida que hoje conhecemos, e de onde também podemos inferir muito da unidade subjacente a

toda a natureza. Vejamos, a esse respeito, uma passagem do Dr. I. K. Taimni (PhD. em Química, Universidade de Londres), retirada de sua obra **Gayatri**, na qual lemos:

“O Sol é o centro do sistema solar, em torno do qual todos os planetas estão girando. A ciência demonstrou que o Sol é a fonte de todos os tipos de energia que são necessários para a vida no sistema solar. Mas a ciência considera o Sol apenas como uma enorme bola de fogo cuja energia está sendo mantida pela conversão de Hidrogênio em Hélio, a reação termonuclear subjacente à produção da bomba de Hidrogênio. Esse potente centro de energia física está continuamente liberando todos os tipos de energia e vibrações no sistema solar, como o calor, a luz e os outros tipos de energia que são utilizados na manutenção da vida em nosso planeta, em todas as suas formas. A forma maravilhosa como estão bem ajustadas e reguladas essas várias forças operando no sistema solar pode ser percebida pelo fato de que se a temperatura do Sol se elevasse apenas um por cento, todos nós seríamos reduzidos a cinzas instantaneamente, e se ela caísse um por cento, seríamos congelados na mesma hora.” (p. 80)

Ao menos no que diz respeito ao sistema solar, a citação acima nos mostra claramente como, mesmo no plano material que conhecemos cientificamente, todas as formas de vida possuem um centro único do qual elas dependem completamente, fazendo-nos lembrar da famosa afirmação da tradição de Hermes Trimegistro de que: – “Assim como o grande é o pequeno, tal como o que está no alto é o que está embaixo, e tal como o que está dentro é o que está fora”. Essa citação do Dr. Taimni também evidencia a estreita interdependência existente na natureza, bem como sugere belamente que toda a corrente da vida possui uma única fonte.

Os conhecimentos oriundos de outras áreas da ciência também corroboram esta estreita interdependência das formas de vida no nosso planeta. A Biologia, e dentro dela especialmente a Ecologia, conhece cada vez mais precisamente que a poluição e a destruição do ambiente natural de uma parte do planeta podem ocasionar desequilíbrios catastróficos não apenas naquele lugar, mas também em outras áreas muito distantes.

É quase desnecessário mencionar exemplos a este respeito, uma vez que alguns deles são conhecidos por quase todas as pessoas medianamente informadas em nossos dias. Nos referimos aos desequilíbrios climáticos provocados pela destruição das florestas, a extensão transcontinental dos efeitos de desastres atômicos como o de Chernobyl, as chuvas ácidas provocadas pela poluição industrial, o efeito estufa que produz um aumento da temperatura do planeta – com resultados potencialmente catastróficos – e que é devido à poluição oriunda, sobretudo, das várias formas de combustão e liberação de gás carbônico, ou ainda do buraco na camada de ozônio da atmosfera terrestre, ao que tudo indica em franco crescimento, e também de gravíssimas conseqüências, entre outras tantas formas de poluição e devastação do ambiente natural.

Mesmo no campo das ciências sociais, políticas e econômicas essa interdependência torna-se cada vez mais aparente. Apenas para darmos um exemplo, os efeitos da desorganização político-econômica que resultam na miséria de muitos, dentro ou fora de um mesmo país, não se restringem somente àqueles que são diretamente afetados pela miséria, mas repercutem inexoravelmente sobre a qualidade de vida até mesmo dos mais abastados, sob a forma de aumentos assustadores na criminalidade: nos roubos, assaltos, seqüestros, latrocínios, terrorismo, na proliferação das drogas e de outras tantas formas de violência social. Tudo isso significando uma enorme perda na qualidade de vida mesmo daquelas pessoas aparentemente não

atingidas pela miséria, ou mesmo das mais ricas. Esse simples exemplo da interconexão na área social já é suficiente para mostrar a total impossibilidade de considerarmos que os destinos de alguns seres humanos podem estar dissociados dos destinos dos demais seres humanos.

Como dissemos, a comprovação da existência dessa estreita interconexão entre todas as coisas na natureza, humanas ou não humanas, talvez seja o limite até onde a ciência possa nos auxiliar, no sentido de corroborar o aspecto da existência de uma unidade subjacente a todos os seres humanos. Mas o fato é que já se trata de algo muito significativo. E, sob todos os ângulos que se possa analisar, os avanços dos conhecimentos científicos somente têm reforçado e apontado na direção de uma unicidade cada vez mais aparente entre todas as coisas e fenômenos da natureza. E a espécie humana, como vimos, certamente não se constitui em nenhuma exceção a essa regra. O pólo da unidade subjacente à família humana pode encontrar, portanto, dentro dos conhecimentos científicos hoje ao nosso dispor, muitos argumentos e inferências em seu favor.

3 – AS DIFERENÇAS DE CAPACIDADE ENTRE OS SERES HUMANOS

Passemos, agora, a um exame científico desse segundo aspecto fundamental da humanidade, que é o da grande diversidade de capacidades entre os indivíduos. Trataremos dessa questão com o auxílio de informações oriundas, sobretudo, da ciência política, as quais nos revelam o perfil da abrangência da consciência social da população.

Os grandes avanços na área dos computadores, a partir da metade do século XX, permitiram uma facilidade muito maior na realização de pesquisas amostrais abrangendo grandes populações, ou até mesmo nações inteiras com muitos milhões de habitantes, a exemplo dos EUA. Desse modo, pesquisas visando obter um panorama preciso e com base empírica (isto é, com base em informações obtidas através de pesquisas de campo) a respeito da realidade ideacional e da consciência social da população começaram a ser realizadas regularmente em vários lugares, sobretudo em centros ligados às grandes universidades. Um dos centros desse tipo, talvez o que acumule maior experiência e goze de maior prestígio internacional, é o “*Survey Research Center*” (*Centro de Pesquisas Amostrais*) ligado ao Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade de Michigan, nos EUA.

Os Estudos de Philip E. Converse

Um pesquisador bastante conhecido, que durante vários anos trabalhou nesse Centro, é Philip E. Converse, o qual, juntamente com mais três colegas, publicou em 1960 uma obra – que se tornou um clássico na área – chamada ***The American Voter*** (*O Eleitor dos Estados Unidos da América*). Philip Converse e seus colegas possuem vários trabalhos nesse campo de investigação. Dois dos textos bastante conhecidos de Converse são ***The Nature of Belief Systems in Mass Publics*** (*A Natureza dos Sistemas de Crença na Massa*), 1964, e ***Public Opinion and Voting Behavior*** (*Opinião Pública e Comportamento Eleitoral*), 1975, o primeiro deles também tendo se transformado em um clássico na área.

Nesses trabalhos Converse e seus colegas nos apresentam um perfil bastante preciso de algumas das principais características da consciência social da população norte-americana como um todo. Esses trabalhos estimularam pesquisas análogas em outros países, a exemplo de ***Political Experience and Electoral Politics in Brazil*** (*Experiência Política e Política Eleitoral no Brasil*), 1977, dissertação de doutorado (Connecticut), de Judson M. De Cew Jr., da minha própria dissertação de mestrado (UFRGS), ***A Consciência Política na Massa***, 1984, e ***Political Representation in France*** (*Representação Política na França*), 1986, do próprio Converse em parceria com Roy Pierce.

No presente capítulo nos valeremos de alguns aspectos teóricos desses trabalhos, a exemplo da conhecida tipologia (categorias de classificação) a respeito dos níveis de abrangência conceitual na população, empregada por Philip Converse e seus colegas de Michigan. Também utilizaremos dados empíricos extraídos em sua maioria também desses trabalhos, sobretudo da minha dissertação de mestrado, na qual me preocupei especialmente em precisar e detalhar as diferenças entre os níveis

de abrangência da tipologia de Michigan, a aplicando à realidade brasileira e comparando-a com os dados dos EUA.

O exame comparativo de dados relativos a um país rico, ou desenvolvido, como os EUA, com os dados a respeito de um país pobre, como o Brasil, contribuirá para nos oferecer uma visão mais completa da humanidade como um todo, especialmente em vista do fato que dois terços da população mundial encontram-se nos países pobres, ditos subdesenvolvidos.

As Diferenças de Alcance na Consciência Social da População

Através do exame desses dados empíricos procuraremos, por um lado corroborar e, por outro, dar maior precisão quantitativa ao aspecto da diversidade inerente à concepção de humanidade que procuramos apresentar.

Interessam-nos, muito especialmente, as diferenças existentes entre os níveis de abrangência constatados, de um lado, naquela parcela da população que podemos denominar de “elite”, isto é, a porção mais intelectualizada da população, e de outro lado, no grosso da população, que podemos denominar de “massa”, a qual está enquadrada na esfera de influência da elite, conforme será evidenciado à luz dos dados que examinaremos a seguir.

É um fato bem conhecido pelos institutos de pesquisa de opinião pública, ou pelas agências de publicidade que trabalham com diferentes segmentos da população, e que foi muito bem apanhado nos trabalhos pioneiros de Philip Converse e seus colegas, que os diferenciais existentes entre as quantidades de informação abarcadas pelos indivíduos da elite e pela massa em geral são simplesmente impressionantes. Dentro de uma amostra global da população, essas quantidades variam desde um número muito grande de informações bem organizadas ao nível da elite, até ínfimas porções entre os indivíduos de menor abrangência ou entendimento dos fatos sociais.

Com base nos dados oriundos dos “*surveys*” (*pesquisas amostrais*) aplicados à população norte-americana como um todo, Converse revela em seus textos que muitas coisas importantes ocorrem à medida que se desce nessa escala de quantidades de informação abarcadas pelos indivíduos.

As Diferenças: a Inter-Relação nos Sistemas de Crença

Em primeiro lugar, ele mostra que rapidamente desaparece a compreensão, ainda que genérica, a respeito das principais e mais comuns correntes político-ideológicas. Para se ter uma idéia inicial, essa compreensão se desvanece mesmo antes de se atingir 10 % da população norte-americana, ou seja, o percentual dos que no início dos anos 60 possuíam grau universitário. E que, a partir daí, um número cada vez maior de informações importantes estão ausentes, resultando em um declínio crescente daquilo que Converse chamou de “*inter-relação*” entre os diferentes elementos, informações ou idéias que compõem os sistemas de crença dos indivíduos.

Além disso, que a amplitude desses sistemas de crença vai se tornando cada vez mais estreita e que, ao invés de grandes quantidades de informações bem organizadas ao nível da elite, logo passamos a “encontrar uma proliferação de aglomerados de idéias entre os quais pouca inter-relação é sentida, mesmo, freqüentemente, em casos de inter-relação puramente lógica.” (Converse, 1964, p. 213)

A respeito desse conceito de **“inter-relação”** Converse esclarece que:

“No caso estático, a “inter-relação” pode ser tomada como significando o sucesso que teríamos ao predizer, dado o prévio conhecimento de que um indivíduo sustenta uma determinada atitude, que ele sustentará certas outras idéias e atitudes. Dependemos implicitamente de tal noção de inter-relação ao julgar, por exemplo, que se uma pessoa se opõe à expansão dos benefícios sociais, que ela provavelmente é conservadora e que também se opõe a qualquer nacionalização de indústrias privadas, auxílios federais à educação, imposto de renda fortemente progressivo, e assim por diante. A maioria das discussões sobre ideologias se valem de suposições relativamente elaboradas sobre tais inter-relações. A inter-relação deve ser tratada, é claro, como uma questão de grau, e esse pode ser facilmente medido, pelo menos como uma média entre indivíduos.

“No caso dinâmico, a “inter-relação” ou “interdependência” se refere à probabilidade que uma mudança no status percebido (verdade, desejabilidade etc.) de um elemento ou idéia iria requerer psicologicamente, do ponto de vista do indivíduo, alguma(s) mudança(s) compensatória(s) no status de outros elementos ou idéias em outras partes da configuração do sistema de crença desse indivíduo.” (idem, p. 207)

As Diferenças: os Elementos de Maior Centralidade

Por outro lado, o caráter dos objetos de maior centralidade nos sistemas de crença dos indivíduos também sofre notáveis e sistemáticas mudanças ao descermos na referida escala de quantidade de informações. Esses objetos mais centrais mudam, segundo Philip Converse, desde o “remoto, genérico e abstrato para o crescentemente simples, concreto, ou “perto de casa”.” (idem, p. 213) Essa mudança, em termos de conteúdos de maior centralidade, tende a se dar, por exemplo, dos princípios ideológicos abstratos para os grupos ou categorias sociais mais conhecidos (classe social, categoria econômica, religião etc.). E desses grupos para os líderes carismáticos e, finalmente, para temas da vivência imediata dos indivíduos, tais como a família, o trabalho e as amizades.

Como dissemos, a maior parte dessas mudanças são de um modo geral bem conhecidas, a exemplo de certas características do mundo ideacional dos indivíduos de mais baixa renda e/ou escolaridade, tais como a predominância do pensamento concreto e de perspectivas temporais de curto prazo. Contudo, Converse vai além desse conhecimento genérico ao ressaltar que:

“a maioria das coisas em política – particularmente aquelas que se desenrolam nos palcos nacionais e internacionais – são, por sua própria natureza, distantes e abstratas. No que tange à política, portanto, tais mudanças ideacionais começam a ocorrer logo abaixo do estrato extremamente fino da população dos que já tiveram oportunidade de fazer pronunciamentos públicos sobre assuntos políticos. Em outras palavras, as mudanças nos sistemas de crença que falamos não são uma patologia limitada a uma fina e desorientada camada de miseráveis e marginais; elas são imediatamente relevantes para a compreensão do grosso do comportamento político da massa.

“É esse último fato que parece ser repetidamente mal compreendido pelos analistas sofisticados que comentam, de uma forma ou outra, sobre o significado da política de massa.” (idem, p. 213)

O Papel Organizativo dos Conceitos Abstratos

A partir de observações fundamentais como essa acima, Converse tratou de examinar mais detalhadamente a realidade e o perfil dessas mudanças de alcance na consciência sócio-política da população em geral.

O estudo cuidadoso das entrevistas trazidas pelos *surveys*, os quais incluíam tanto questões fechadas, isto é, com respostas previamente estruturadas, quanto farta quantidade de questões abertas, isto é, com possibilidade de respostas totalmente livres por parte dos entrevistados, revelou a esses pesquisadores que a quantidade e a organização das informações abarcadas pelos diferentes indivíduos em seus sistemas de crenças estão intimamente relacionadas com o que eles chamaram de **“dimensões ideológicas de avaliação”**.

Isto é, que certas idéias abstratas funcionam como conceitos organizadores que permitem a inter-relação entre os elementos e conjuntos de informações em um sistema de crenças, e permitem que o indivíduo, nas palavras de Philip Converse, “localize e dê sentido a uma mais ampla gama de informações sobre um domínio particular do que lhe seria possível sem tal organização.” (idem, p. 214)

Um exemplo desse tipo de dimensões ideológicas de avaliação, o qual é muito usado nos EUA, e que é muito útil para sintetizar e organizar eventos e informações não apenas nos EUA, mas em muitos países, nos é dado pelos conceitos de “liberal” e de “conservador”. No Brasil, bem como em muitos outros países, essa classificação de “liberal-conservador” é freqüentemente substituída pela de “progressista-conservador” ou ainda pela classificação “esquerda-direita”, a qual abordaremos mais adiante quando examinarmos os dados empíricos.

Converse observa que essas dimensões ideológicas de avaliação não são usadas apenas pelos indivíduos para economia interna de seus sistemas de crença, mas que elas também são freqüentemente utilizadas pelos analistas que as empregam na caracterização de eventos e, inclusive, na classificação das atitudes da população como um todo.

Em vista disso, Converse chama a atenção para o fato de que dimensões de avaliação dessa natureza se constituem em abstrações de alta ordem se considerarmos a população como um todo e que “tais abstrações não são ferramentas conceituais típicas do “homem da rua”.” (idem. p. 215)

Mais do que isso, que a parcela da população que domina e utiliza tais dimensões ideológicas de avaliação se constitui em uma pequena minoria, conforme logo constataremos ao examinarmos os dados empíricos.

Os Níveis de Abrangência da Classificação de Philip Converse

A partir dessas constatações, Converse e seus colegas se preocuparam em definir algumas categorias que pudessem revelar, com certa precisão, o perfil dessas mudanças ideacionais na população. A esse respeito Converse relata que:

“O exame das próprias entrevistas sugeriu vários estratos de classificação, os quais foram hierarquicamente ordenados como “níveis de conceitualização” com base em avaliações prévias acerca da abrangência da apreensão

contextual do sistema político que cada estrato parecia representar.” (idem, p. 215)

Esses estratos, então, se constituíram na tipologia de análise que será descrita a seguir, a qual foi amplamente utilizada nas obras mencionadas acima, e que será o nosso principal instrumento para a constatação empírica do aspecto das **diferenças** dentro da humanidade, bem como para dar-lhe maior precisão e detalhamento.

Nível I: Os Ideólogos

Em primeiro lugar, constituindo o nível mais elevado de abrangência conceitual, foram selecionados os entrevistados que, nas palavras de Philip Converse:

“de fato confiaram de alguma forma ativa em dimensões conceituais relativamente abstratas e de amplo alcance como uma medida pela qual os objetos político-sociais e seus significados variáveis ao longo do tempo foram avaliados. Esse primeiro estrato foi com certa liberdade denominado de “ideólogo.” (idem, p. 216)

Nível II: Os Quase-Ideólogos

No segundo estrato dessa classificação foram selecionados:

“aqueles entrevistados que mencionaram tais dimensões de avaliação de uma maneira periférica, mas que pareciam não depender muito das mesmas em termos avaliativos, ou que usaram tais conceitos de uma forma que deixou dúvidas acerca da amplitude de sua compreensão quanto ao significado do termo. Esse segundo estrato foi denominado “quase-ideólogo.” (idem, p. 216)

Nível III: “Interesse de Grupo”

Foram classificados no terceiro estrato aqueles entrevistados que não se valeram de quaisquer de tais dimensões abrangentes, ainda que avaliassem ações sociais, políticas ou econômicas, bem como partidos e candidatos em termos de suas repercussões e relações com os grupamentos sociais com os quais se identificam, tais como categorias econômicas, religiosas, raciais e assim por diante. Em vista disso, esse nível foi denominado de “interesse de grupo”, sendo que os indivíduos mais sofisticados nesse estrato “demonstraram um apercebimento da existência de um conflito entre “grandes empresas” ou “ricos”, de um lado, e “trabalho” ou “trabalhadores” de outro, sendo os partidos e os candidatos situados nessa perspectiva.” (idem, p. 216)

As características desse terceiro estrato podem gerar, à primeira vista, certa confusão em relação às diferenças existentes entre esse nível de conceitualização e os primeiros mais ideológicos, em vista da argumentação de que esse conflito entre grandes grupamentos sociais, sobretudo entre “grande capital” e “trabalhadores”, se constitui, segundo certas perspectivas teóricas, no cerne da questão ideológica. Entretanto, independente do mérito teórico dessas perspectivas ideológicas, as diferenças entre esses estratos são bem marcantes. Um exemplo dessas diferenças marcantes diz respeito ao fato de que a menos que uma questão se relacione de uma forma quase obviamente punitiva ou recompensadora em relação aos interesses dos grupamentos com os quais os indivíduos desse estrato se identificam “lhes falta a

apreensão contextual do sistema sócio-político para perceber como deveriam responder a essas questões sem que lhes seja informado pelas elites que gozam de sua confiança.” (Converse, idem, p. 216)

Mais ainda, o seu interesse por questões relativamente abrangentes não é suficientemente forte para prestarem muita atenção nas informações relativas a essas questões, e se acontecer de não receberem tais comunicações “o conhecimento de suas afiliações grupais pode ser de pouca valia para predizer suas respostas.” (idem, p. 216) Philip Converse esclarece, entretanto, que essa falta de comunicações quanto a essas informações não é muito comum. Converse denominou esse comportamento típico dos indivíduos desse estrato de **“ideologia por procuração”**.

Nível IV: “Natureza dos Tempos”

O quarto estrato de classificação foi definido, em boa medida, de uma forma residual. Nele foram selecionados os entrevistados que fizeram em suas avaliações considerações sócio-políticas de algum tipo ou de outro, mas que não se valeram de argumentos ou atitudes que pudessem ser classificadas em qualquer dos estratos anteriores. Esse estrato foi denominado de **“natureza dos tempos”** porque os principais modos de avaliação dessa categoria dizem respeito a um relacionamento entre eventos sociais, políticos ou econômicos, bem como partidos e candidatos, com **momentos ou estados sócio-econômicos gerais de depressão ou de prosperidade**.

Um outro modo principal de avaliação também característico dos indivíduos selecionados nesse grupo é o relacionamento de eventos, partidos etc., com questões particulares pelas quais sintam gratidão ou indignação pessoal, sem indicação alguma de que as vejam como representativas de posturas ideológicas, ou mesmo como estando relacionadas aos grupamentos sociais mais amplos.

Nível V: “Sem Conteúdo Tipicamente Político”

Finalmente, o quinto estrato enquadrava aqueles indivíduos cujas avaliações do cenário sócio-político não apresentaram qualquer relação com questões tipicamente políticas, sendo por essa razão denominados de “sem conteúdo tipicamente político” ou, para simplificar, “sem conteúdo político”. Entre os indivíduos selecionados nesse estrato alguns até mesmo declararam simpatia por algum partido, mas sem conhecer qualquer coisa de suas posições ideológicas, ou mesmo questões mais concretas que pudessem caracterizar o seu programa ou plataforma.

Exemplos típicos desse estrato são os indivíduos que nos processos eleitorais se guiam meramente pelas qualidades pessoais dos candidatos, não raro por qualidades bastante singulares tais como a beleza física, a voz, a simpatia, a popularidade ou mesmo o clube esportivo com qual o candidato esteja relacionado. Ainda foram selecionados nesse estrato, é claro, todos os entrevistados que declararam prestar tão pouca atenção às questões políticas que não se sentiam capazes de dizer qualquer coisa sobre plataformas políticas, ou mesmo sobre partidos e candidatos.

A Pesquisa Utilizada

Antes de entrarmos no exame dos dados empíricos, parece oportuno tecer alguns comentários quanto ao rigor estatístico das obras citadas, das quais obtivemos a maioria dos dados que a seguir serão examinados. Em primeiro lugar, cabe ressaltar que as técnicas amostrais empregadas nestes estudos são extraordinariamente confiáveis, seguramente exemplos do que há de melhor em amostragem estatística, e que os resultados obtidos para muitas variáveis que também são acompanhadas por censos demográficos (levantamentos que pesquisam todos os indivíduos de uma população) foram comparados entre si. O perfil obtido pelas amostras sempre foi muito parecido com o do censo. Um exemplo dessas comparações é dado abaixo em relação à variável “religião dos porto-alegrenses” retirado da minha dissertação de mestrado:

Religião	No Censo (1980)	Na Pesquisa (1982)
Católicos	83 %	79 %
Protestantes	6	8
Umbandistas	3	4
Espíritas	2	3
Outras	2	2
Sem religião	4	4

Outras comparações desse tipo, bem como uma detalhada descrição das rigorosas metodologias amostrais utilizadas, podem ser encontradas nessa dissertação de mestrado. É certamente difícil para as pessoas que não conhecem de perto estudos como os citados avaliarem o quão detalhadamente os questionários aplicados investigam as atitudes e o alcance da consciência política dos entrevistados, tanto em relação ao sistema sócio-político como um todo, quanto em relação a um grande número de questões mais específicas.

Não se tratam de estudos rápidos com meia dúzia de questões fechadas, como não raro são realizados por institutos dedicados a aferir vários aspectos da opinião pública. São estudos cujos questionários incluem muitas questões abertas, e que são aplicados por pessoas treinadas para realizarem essas entrevistas.

Passemos, então, ao exame dos dados empíricos selecionados, os quais são apenas uma pequena parcela da grande quantidade de dados apresentados nas obras mencionadas. Essas obras, por sua vez, também tiveram que selecionar uma pequena parcela dentre a totalidade dos dados brutos relevantes gerados pelos levantamentos amostrais.

O Perfil dos Níveis de Consciência nos EUA

A distribuição da população norte-americana dentro dos cinco estratos ou níveis de abrangência conceitual resultante das pesquisas de Converse e seus colegas, e que aparece nas publicações mencionadas publicadas em 1960 e 1964 (que se tornaram clássicos nessa área de estudos), encontra-se no quadro mostrado a seguir:

– Distribuição da População Eleitoral Total e dos Votantes nos EUA, por Níveis de Abrangência Conceitual (a distinção entre população total e votantes

deve-se ao fato do voto não ser obrigatório nos EUA; o voto obrigatório é uma prática usada em alguns países, geralmente do Terceiro Mundo, a exemplo do Brasil).

Níveis	População Total	Votantes
(1) Ideólogos	2,5 %	3,5 %
(2) Quase-Ideólogos	9	12
(3) Interesse de Grupo	42	45
(4) Natureza dos Tempos	24	22
(5) Sem Conteúdo Político	22,5	17,5

Uma compreensão mais plena da enorme relevância teórica e prática dos dados revelados por esse quadro talvez somente seja possível após o exame do conjunto de outros dados que examinaremos mais adiante. Ou, até mesmo, somente após as análises dos próximos capítulos acerca da importância das premissas a respeito dos seres humanos aqui apresentadas, ou seja, da sua relevância para a solução dos graves problemas enfrentados pela humanidade.

Mesmo assim, se apenas levarmos em conta que essa é uma distribuição que revela o perfil do alcance da consciência política da população dos EUA – que é uma das nações mais ricas do planeta – e que as nações mais pobres certamente apresentarão uma distribuição bem mais carregada nos estratos de mais baixa consciência (como veremos para o caso do Brasil), então, somente esse primeiro vislumbre já nos mostra que apenas uma pequena parcela da população possui um nível relativamente alto de informações e de alcance conceitual abstrato.

Esse simples fato significa uma fortíssima corroboração acerca da existência de grandes diferenças de abrangência na compreensão da realidade social entre diferentes grupos da população como um todo.

Vimos, no quadro anterior, que apenas 2,5 % da população norte-americana podem ser considerados como tendo um nível razoável de compreensão quanto às principais correntes de pensamento sócio-político, ou quanto às grandes questões políticas de âmbito nacional e internacional.

Quem conhece bem essas pesquisas sabe, perfeitamente, que mesmo isso implica em uma substancial dose de boa vontade na classificação. Contudo, mesmo que essas pesquisas, da maior seriedade e rigor quantitativo, estivessem muito erradas, e que esse percentual fosse duplicado para 5 %, ou mesmo quadruplicado para 10 % (o que, certamente, já se constitui em um exagero absurdo), ainda assim teríamos uma proporção de 1 para 9 (10 % contra 90 %), o que não alteraria fundamentalmente o panorama.

Portanto, esses dados sobre os níveis de conceitualização da população dos EUA são, desde logo, muito instrutivos. Segundo Philip Converse os dados desse quadro ***deveriam ser “contracenados com a suposição usual da elite de que uma significativa maioria do público apreende os principais aspectos da realidade sócio-política de forma semelhante aos mais altamente educados.”*** (Converse, 1964, p. 218)

Esses dados também devem ser contracenados com as teorias que supõem que essas diferenças ideacionais podem ser substancialmente transformadas com relativa facilidade. Nos referimos, sobretudo, à concepção marxista para a qual a consciência humana é um mero produto das circunstâncias históricas e materiais a que estiver submetida. Ora, esses dados, em se tratando de um país como os EUA, dos mais opulentos e com um sistema educacional que abrange praticamente a

totalidade da população, são reveladores de como essas transformações ideacionais não ocorrem com a facilidade que essa corrente de pensamento acredita.

A Influência das Circunstâncias Materiais

Embora não disponhamos de dados empíricos sobre a realidade ideacional da população da União Soviética (agora extinta), não é difícil afirmar que essa realidade não seria em hipótese alguma melhor do que a da população dos EUA. Isso depois de sete décadas de uma organização político-econômica de inspiração marxista. Ora, não pode haver melhor demonstração histórica do que esta de que as mudanças ideacionais na massa são processos temporais lentíssimos.

Com isso, não estamos procurando negar que as circunstâncias materiais exercem uma influência significativa sobre o desenvolvimento da consciência humana. Trata-se, isto sim, de afirmar que existem outros fatores psicológicos que estão na base das grandes diferenças de consciência que observamos na população e que os pensadores materialistas não costumam considerá-los apropriadamente. E que, em relação a estas grandes diferenças de consciência, esses outros fatores psicológicos são os principais (não importa o quão pouco sejam conhecidos cientificamente). Assim, quanto às grandes diferenças ideacionais na população, as circunstâncias materiais se constituem em fatores que, embora influenciem, não são os principais.

Cabe lembrar a esse respeito a parábola bíblica do semeador, já anteriormente citada. Se a semente cair sobre as rochas ou em terra pouco profunda, ela não pode ter um desenvolvimento favorável. Isso diz respeito, é claro, à influência inegável do meio ambiente material. Mas, mesmo entre aquelas que caírem em terra fértil e profunda, umas darão frutos a trinta por um, outras a sessenta por um, e ainda outras a cem por um.

Ou seja, mesmo quando as condições do ambiente material forem muito boas para todos – e evidentemente o Humanitarismo luta por isso – ainda assim há fatores psicológicos (ou intrínsecos às qualidades latentes da semente, que simboliza a realidade psico-espiritual do homem) que implicariam na manifestação de grandes diferenças de capacidades, sobretudo intelectuais e morais, entre os membros da coletividade humana.

As Características dos Diferentes Níveis de Consciência

Antes de examinarmos os dados sobre o percentual de cada um desses estratos no Brasil, analisaremos alguns quadros que visam mostrar, mais claramente, o perfil das diferenças ideacionais (de abrangência da realidade sócio-política e da quantidade de informações sobre essa realidade) entre os cinco estratos dados por Converse e seus colegas, que foram descritos acima. Esses quadros são apenas alguns dos vários apresentados na minha dissertação, antes mencionada, que trabalhou especialmente sobre essas diferenças ideacionais.

A pesquisa de campo que gerou os dados brutos dessa dissertação foi realizada simultaneamente em várias capitais do Brasil. Ela foi elaborada e aplicada por pesquisadores de um grupo das principais universidades desse país. Os dados que apresentaremos a seguir dizem respeito a Porto Alegre, e ali os dados brutos foram gerados pela UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Os níveis de abrangência conceitual de Converse aparecem, por economia de espaço, apenas como numerais romanos, de I a V; na ordem de maior para menor abrangência conceitual. ***Ou seja: (I) Ideólogos; (II) Quase-Ideólogos; (III) Interesse de Grupo; (IV) Natureza dos Tempos; (V) Sem Conteúdo Político.***

Quantidade de Informações Sobre Política

O primeiro quadro abaixo nos mostra, em termos percentuais, a freqüência com que os indivíduos de cada um desses cinco níveis de abrangência costuma ler, nos jornais, notícias sobre política:

Níveis	Com muita freqüência	De vez em quando	Nunca lê sobre política
(I)	100 %	0 %	0 %
(II)	81	19	0
(III)	58	26	16
(IV)	29	30	41
(V)	7	23	70

Esse primeiro quadro já se constitui em um indicador muito nítido a respeito do grau de interesse e de informação sobre a realidade sócio-política nos estratos dos diferentes níveis de consciência na população. Esses percentuais mostram claramente o rápido declínio desse interesse e da quantidade de informações, à medida que descemos na escala de abrangência conceitual. Eles confirmam o que Converse chamou de ***“agudo e constante declínio”***, na seguinte citação:

“A classificação dos níveis realizada em bases algo a priori foi corroborada por análises adicionais, as quais demonstraram que medidas independentes de informação política, educação e interesse político, todas mostraram agudo e constante declínio à medida que se descia nos níveis na ordem sugerida.” (Converse, 1964, p. 217)

Os percentuais, é claro, são relativos a cada um dos níveis, e isso confere aos dados desse e dos seguintes quadros uma relevância que praticamente independe do local em que foram pesquisados. Eles dizem respeito às características de cada estrato e, por essa mesma razão, se constituem em muito boas aproximações para revelar o perfil de cada um desses estratos em qualquer lugar do mundo. Também por essa razão são tão reveladores a respeito das diferenças existentes dentro da humanidade. O que mudará apreciavelmente entre os diferentes países será o percentual relativo de cada um dos estratos dentro da população como um todo, conforme veremos depois ao compararmos os dados dos EUA com os dados de Porto Alegre.

Graus de Interesse por Política

O “agudo e monotônico declínio” fica mais gráfico ainda ao examinarmos o quadro seguinte, que mostra as respostas obtidas para uma pergunta direta:

– “De um modo geral, o(a) Sr.(a) se interessa por política?”

Níveis	Muito	Pouco	Não se Interessa
(I)	89 %	11 %	0 %
(II)	41	47	12
(III)	23	55	22
(IV)	7	43	50
(V)	2	2	86

Poucos quadros poderão ser mais esclarecedores do que esse acima, a respeito das diferenças existentes dentro do perfil da consciência sócio-política da população como um todo.

Se somarmos os dados das colunas dos que declararam ter pouco interesse pela realidade política do seu país, com os dados dos que responderam não ter nenhum interesse pela mesma, o crescimento do desinteresse por essas questões que geralmente, como disse Converse, são abrangentes e abstratas, cresce de forma muito aguda de 11 % entre os Ideólogos, para 59 % entre os Quase-Ideólogos, 77 % no nível Interesse de Grupo, 93 % no nível Natureza dos Tempos e, finalmente, 98 % no nível Sem Conteúdo Tipicamente Político.

Votaria se Não Fosse Obrigatório?

O seguinte é outro quadro revelador, pois mostra as respostas à questão de se a pessoa iria votar mesmo que o voto não fosse obrigatório. Cabe esclarecer a algum leitor de fora do Brasil que em nosso país o voto é obrigatório, como um imposto que o cidadão deve recolher compulsoriamente. Estando sujeito a uma multa e outras sanções caso falte com essa obrigação.

Níveis	Sim, votaria	Não votaria
(I)	100 %	0 %
(II)	97	3
(III)	82	18
(IV)	65	35
(V)	34	66

É quase desnecessário dizer que essa prática do voto obrigatório é muito nociva para o país. Ela desqualifica ainda mais o eleitorado que, mesmo sem ela, já é tremendamente desqualificado em se tratando de questões abrangentes, conforme esses quadros estão a mostrar de forma clara. Essa questão do voto obrigatório já é um bom exemplo, dentre outros tantos que posteriormente examinaremos, de problemas que têm sua origem na ausência de uma correta perspectiva acerca das principais características humanas.

No entanto, não deveria causar surpresa o fato do voto obrigatório ter sido apoiado por tanto tempo quer pela elite de direita, quer pela elite de esquerda nesse país, uma vez que a perspectiva sobre os seres humanos que estamos apresentando é conflitante tanto com a filosofia liberal, quanto com a filosofia marxista. Podemos admitir que em alguns casos o voto obrigatório tenha sido defendido por interesseira

esperteza, mas, ao que tudo indica, na grande maioria dos casos, esse apoio se deveu à mera ignorância dos seus efeitos líquidos da maior nocividade.

Conhecimento Sobre Eleições Diretas

Outro quadro revelador dos limites da abrangência da compreensão dos eventos sócio-políticos pela massa é o seguinte, o qual tabula as respostas à questão:

– “Este ano nós vamos ter eleições diretas para governador. O(a) Sr.(a) poderia me dizer o que entende por eleição direta?”

Níveis	Resposta correta	Resposta errada e não sabe
(I)	100 %	0 %
(II)	78	22
(III)	57	43
(IV)	50	50
(V)	26	74

Em 1982 estávamos no Brasil em pleno período da chamada abertura política. Um período de transição entre a ordem do autoritarismo ou ditadura militar para a ordem democrática-liberal, e até então os governadores dos estados não eram eleitos pelo voto direto.

Nesse ano, pela primeira vez depois do regime militar, os governadores seriam eleitos diretamente. Era, portanto, um fato político da maior notoriedade e importância dentro da moldura política da nação. Não obstante, os números desse quadro mostram que grande parte da população falha em estar informada mesmo sobre uma questão politicamente tão trivial quanto essa.

Se somarmos todos os que declararam não saber com os que arriscaram responder mas deram uma resposta errada, chegamos a um percentual de 46 % da população eleitoral, contra os 54 % que responderam corretamente. Isto é, quase a metade da população não possuía uma informação tão elementar.

Conhecimento Sobre Esquerda e Direita

Naturalmente, quando a questão é mais abstrata o número total dos que desconhecem é bem maior ainda. Isto é o que podemos ver no quadro seguinte com os dados sobre a questão:

– “O que o(a) Sr.(a) entende por esquerda e direita em política?”

Níveis	Resposta correta	Resposta errada e não sabe
(I)	100 %	0 %
(II)	97	3
(III)	75	25
(IV)	30	70
(V)	9	91

No caso dessa questão, somando-se todos os que declararam não saber com os que deram uma resposta errada chegamos a um percentual de 61 % da população. Portanto, apenas 39 % possuíam esse tipo de informação em 1982 em Porto Alegre, que é uma das capitais com melhores índices de escolaridade no Brasil. É importante observarmos as diferenças que aparecem nesse quadro entre os dados dos grupos I, II e III, em relação aos grupos IV e V. Enquanto nos grupos I e II quase ninguém desconhece o que é esquerda e direita em política, no grupo III ainda apenas 25 % desconhecem. Mas a situação é completamente diferente a partir do grupo IV onde já 70 % desconhecem, ou no grupo V onde 91 % desconhecem.

As Diferenças Entre EUA e Brasil (Porto Alegre)

Essa grande diferença entre esses três primeiros grupos e os dois últimos é muito importante para podermos ter um perfil realístico da abrangência da consciência sócio-política da população. Isso nos permite compreender, por exemplo, porque nos países ricos a população parece ter um grau de racionalidade muito maior do que em países como o Brasil.

Acontece que nesses países o voto não é obrigatório, e já vimos anteriormente que nestas condições os grupos nos quais um grande percentual não vai votar são apenas os grupos IV e V. Se somarmos a isso o fato de que nesses países a proporção dos três primeiros grupos é significativamente maior, sobretudo o terceiro, o do "Interesse de Grupo", como podemos observar na comparação do quadro seguinte, então entenderemos claramente porque nos países ricos, como os EUA, o comportamento eleitoral e, conseqüentemente, os resultados eleitorais apresentam uma racionalidade bem maior.

Não estamos pretendendo, nem de longe, afirmar que o mero instituto do voto obrigatório é a causa de todos os nossos problemas. De modo algum! Estamos apenas tomando esse fato para exemplificar que a perspectiva aqui apresentada, a qual leva em conta a unidade essencial dos seres humanos, bem como suas grandes diferenças de capacidades manifestadas, nos permite uma visão muito mais clara a respeito da realidade sócio-política das nações.

Vejamos, então, qual o perfil da distribuição do eleitorado de Porto Alegre dentro desses cinco grupos de alcance conceitual. Para facilitar as comparações repetiremos nesse quadro os dados relativos à população dos EUA, já apresentados anteriormente:

Níveis	Nos Estados Unidos	No Brasil (Porto Alegre)
Ideólogos	2,5 %	2 %
Quase-Ideólogos	9	8
Interesse de Grupo	42	21,5
Natureza dos Tempos	24	31,5
Sem Conteúdo Político	22,5	37

Antes de examinarmos os números desse quadro precisamos comentar dois aspectos. Em primeiro lugar, cabe observar que os dados para os EUA publicados por Converse e seus colegas (1960), e por Converse (1964) dizem respeito ao final dos anos cinqüenta. Já os dados da minha dissertação (1984) dizem respeito ao início dos

anos oitenta (1982). Essa diferença de um período de mais de duas décadas pode alterar um pouco a situação em favor dos EUA.

A segunda observação é que os números para Porto Alegre são certamente melhores do que seriam os números de uma distribuição desses grupos para o Brasil como um todo. A análise de outras pesquisas de diferentes fontes nos permite estimar que os números para Porto Alegre devam ser semelhantes aos das outras grandes capitais brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte etc., e que a situação nestas capitais é significativamente melhor do que a situação do Brasil como um todo.

Tomemos, como exemplo, apenas um dado a esse respeito. Em 1986, ano em que se elegeu uma Assembléia Constituinte no Brasil, o Instituto IBOPE realizou várias pesquisas para aferir o conhecimento da população a respeito da Constituinte. Numa delas, publicada no jornal **Zero Hora** (07/05/1986), o percentual de pessoas que não sabia responder o que era a Constituinte chegou, no Rio Grande do Sul, a 70,5 %. Na mesma época, o IBOPE realizou pesquisa semelhante no Nordeste e este percentual alcançou os 90 %, e para a média nacional o IBOPE encontrou que 82 % da população não sabiam explicar o que era a Constituinte. Esses números são suficientes para exemplificar a observação feita acima de que a situação para o Brasil como um todo será menos favorável do que aquela de Porto Alegre apenas.

Com essas duas observações em mente, voltemos, então, para a análise dos números do quadro com os dados para os EUA e para Porto Alegre. A que conclusões de caráter geral esse quadro nos permite chegar? O exame desses números nos permite observar dois fatos principais. O primeiro é que realmente existem diferenças para melhor a favor das nações ricas, como seria de se esperar. E que essa situação mais favorável resultou em uma camada média expressivamente maior do que aquela que podemos observar para Porto Alegre, e por extensão para o Brasil.

A soma dos dois grupos de maior abrangência dá 11,5 % para os EUA, e dá 10 % para Porto Alegre. É claro que essa não é uma diferença importante. Muito diferente, contudo, é a situação observada quanto ao terceiro grupo (Interesse de Grupo), o qual é o grupo intermediário. Enquanto nos EUA esse grupo alcançou 42 %, em Porto Alegre esse número foi de apenas 21,5 %. Essa sim é uma diferença da maior importância, a qual joga muita luz sobre a realidade política destes países, sobretudo se levarmos em conta o que já mencionamos antes sobre o voto não ser obrigatório nos EUA, e ser obrigatório no Brasil.

Ou seja, os grupos I, II e III já somam a maioria da população dos EUA (53,5 %) e se acrescentarmos a isso o fato de que boa parte do grupo IV e a maioria do grupo V não vão votar, uma vez que o voto lá não é obrigatório, então fica claro porque o comportamento eleitoral em países como os EUA apresenta maior racionalidade; maior do que já apresentaria se o voto no Brasil também não fosse obrigatório.

Voltando às nossas conclusões gerais, essa melhor condição observada para os EUA mostra que melhores condições de riqueza, bem como um sistema educacional mais abrangente, podem de fato melhorar substancialmente o perfil do alcance conceitual na população como um todo.

Mas a segunda conclusão de caráter geral é que, apesar de ser significativamente melhor a distribuição desses grupos nos países ricos, as diferenças de abrangência persistem como um dado fundamental dentro da população, mesmo nos países ricos, que como dissemos somam apenas 1/3 da população mundial. Que

dizer, então, da sua importância no que diz respeito aos países pobres, que somam 2/3 da família humana?

Como já dissemos, os dados aqui apresentados se constituem apenas de uma pequena parcela dos dados existentes nos trabalhos citados. Contudo, eles já são suficientes para corroborar amplamente o aspecto da diversidade como uma característica básica, absolutamente necessária, dentro de qualquer representação satisfatória dos seres humanos coletivamente considerados.

O Papel Decisivo das Elites

Uma outra conclusão de caráter geral, também da maior importância tanto teórica quanto prática, é a de que os grupos de consciência social mais abrangente (as chamadas elites) possuem um papel decisivo no desenvolvimento dos processos sócio-políticos em geral, fato que lhes imputa uma enorme responsabilidade, a qual quase sempre não é suficientemente bem reconhecida.

Philip Converse se referiu a essa imensa responsabilidade nos seguintes termos:

“Os amplos contornos das decisões da elite ao longo do tempo podem depender de uma maneira vital das correntes naquilo que é vagamente chamado de “a história das idéias”. Tais decisões por sua vez têm efeitos sobre a massa de cidadãos mais comuns. Mas, de qualquer participação direta nessa história das idéias e no comportamento por ela moldado, a massa é notavelmente inocente.” (Converse, 1964, p. 255)

Até aqui esse aspecto já encontrou uma razoável corroboração, bastando nos lembrarmos da afirmação de Converse de que mesmo os integrantes do grupo III já não conseguem reconhecer os efeitos de uma dada política sobre os seus próprios grupos de interesse, a menos que se trate de uma questão muito elementar ou óbvia. Ou seja, mesmo os indivíduos do grupo III necessitam, para se posicionarem politicamente, que membros da elite de sua confiança apontem os efeitos das políticas de maior alcance – configurando o que Converse denominou de ***“ideologia por procuração”***.

Alguns dados adicionais, no entanto, podem corroborar mais fortemente essa enorme influência da elite sobre a massa. Em primeiro lugar retomemos a questão já mencionada do voto obrigatório no Brasil. Até a presente data, infelizmente, não há nenhum movimento consistente dentro do Congresso visando modificar este instituto tão nocivo da nossa vida política. Contudo, alguns anos atrás o IBGE em uma pesquisa amostral de enorme abrangência (cuja base atingiu 300.000 entrevistados) revelou que apenas 34,5 % da população era a favor do instituto do voto obrigatório; enquanto 56,9 % eram contra; e 8,6 % não sabiam ou não declararam. (Publicado em Zero Hora, em 29/10/1989)

Portanto, embora a maioria da população seja contra, as elites pouco se importaram e, até agora, quatro anos após a publicação dessa pesquisa, nada se passou, mesmo tendo nesse período ocorrido a desastrosa eleição de Fernando Collor.

Felizmente, essa influência avassaladora da elite nem sempre se dá no sentido nocivo, como podemos observar num outro exemplo bem conhecido, que é o da questão da pena de morte. Várias pesquisas já mostraram que a maioria da população

é a favor desse instituto. As elites políticas, no entanto, até agora não se curvaram a este vil aspecto da consciência da massa, muito embora já haja um movimento de vários congressistas nessa direção. Não que na prática já não exista a pena de morte em nosso país. Ela existe, ao menos para os pobres ou miseráveis, uma vez que o extermínio de delinqüentes, sobretudo bem jovens, é uma prática freqüente.

Outro exemplo nesse sentido, mas que ainda é mais gráfico, foi o da legalização dos partidos comunistas. Quando esses partidos foram legalizados, no início dos anos oitenta, após o processo chamado de “abertura política”, uma grande maioria da população era contra esta legalização.

Esse exemplo é revelador em um duplo sentido. Em primeiro lugar, porque ele revela como a elite pode e, de fato, condiciona a opinião pública quando assim o decide. Isso porque essa atitude da população é resultado de anos de propaganda contrária aos comunistas, e resultou em que uma grande maioria (como abaixo veremos) se posicionasse contra a legalização dos partidos comunistas. Esse exemplo é muito impressionante porque, como já vimos, a grande maioria da população não tem sequer uma noção precisa do que seja esquerda e direita em política, que dizer a respeito dos programas dos partidos comunistas.

O outro sentido impressionante desse exemplo acerca da enorme influência da elite é que quando esse se decidiu pela legalização destes partidos eles foram legalizados tranquilamente e nada, mas nada mesmo, se passou em contrário. Não obstante, a grande maioria era contra, como atestam os números do quadro que segue para a população de Porto Alegre, com as respostas à questão:

– “O(a) Sr.(a) é a favor ou contra a legalização do Partido Comunista?”

Níveis	A favor	Contra	Não sabe ou não respondeu
(I)	67 %	11 %	22 %
(II)	48	48	4
(III)	26	62	12
(IV)	8	74	18
(V)	5	56	39

Somando-se o total dos que foram a favor chegamos apenas a 15 % da população! Os que foram contra totalizaram 61,4 %, enquanto 23,6 % declararam não saber ou não responderam. Mas, igualmente importante no quadro acima é que ele mostra que tão somente no nível I, dos Ideólogos, a maioria foi a favor da legalização, pois mesmo no nível II já houve um empate. Os números são muito ilustrativos, portanto, sobre a influência avassaladora da elite. Entre os Ideólogos uma forte maioria era a favor, e a legalização acabou ocorrendo, sem que nem um pequeno protesto fosse ouvido, a despeito de uma vigorosa maioria da população se declarar contra.

Esses números ensejam a oportunidade para mostrar um exemplo a respeito da fidedignidade, da seriedade e da precisão dos dados aqui apresentados sobre as atitudes e a abrangência da consciência sócio-política da população. Isso porque outra fonte, completamente independente, de pesquisa (IBOPE, Isto É, Gazeta Mercantil e TV Bandeirantes) realizou um levantamento dois anos depois (em 1984), nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, e entre as questões aplicadas havia uma igual, assim formulada:

– “É a favor ou contra a legalização dos partidos comunistas no Brasil?”.
Nessa pesquisa chegou-se aos seguintes números:

A favor	21,5 %
Contra	59,8 %
Nem a favor, nem contra	14,1 %
Não sabem / não opinaram	4,6 %

Estes números foram publicados na revista “**Isto É**” nº. 407, de 10/10/1984. A semelhança entre os dados é impressionante: – 61,4 % foram contra na pesquisa da UFRGS em Porto Alegre, 1982; e 59,8 % declararam-se contra na pesquisa do IBOPE para São Paulo e Rio de Janeiro, em 1984.

A Atualidade dos Dados

Outra observação pertinente é que muitas pessoas, por ignorarem a natureza dos fatos aqui apresentados, sempre tendem a pensar que nos últimos anos as coisas podem ter mudado muito, em termos da consciência social da população. Não raro dizem que como tudo tem mudado tão rapidamente hoje em dia, ou então, que como ocorreu tal ou qual evento importante, ou ainda que como o país tem se tornado cada vez mais urbano e industrializado, e que, em vista dessas razões, informações de dez ou vinte anos atrás não merecem muito crédito.

Ora, os números sobre a realidade da consciência sócio-política da população de um país como os EUA já deveriam ser suficientes para nos mostrar que essas realidades ideacionais não mudam, senão em escala relativamente limitada, e que mesmo essas mudanças limitadas ocorrem lentamente. Isso porque o patamar de riqueza, urbanização e industrialização alcançados pelos EUA trinta anos atrás, o Brasil como um todo somente alcançará sabe Deus daqui a quantas décadas.

Uma simples projeção pode nos auxiliar a visualizar melhor essa questão. Se projetarmos um crescimento econômico nacional bem razoável de 4 % ao ano, com um crescimento populacional bem modesto para os nossos padrões de 1,5 % ao ano, teremos um incremento real de riqueza média per capita/ano próximo dos 2,5 %. Ou seja, levaríamos mais de 80 anos para sair dos cerca de 4.000 dólares de renda per capita/ano do Brasil de nossos dias, para alcançarmos os 30.000 dólares per capita/ano que os EUA atingiram tempos atrás.

Mesmo assim, talvez seja oportuno apresentarmos alguns dados bem recentes e de outras fontes que mostram como essas coisas, feliz ou infelizmente, não mudam quase nada em questão de poucos anos. Vejamos os números de uma pesquisa da DataFolha, que entrevistou 5.260 pessoas em dez capitais brasileiras, em outubro de 1987, publicada na **Folha de São Paulo**, em 1/11/1987. A pergunta era:

– “Você sabe qual foi o primeiro país a fazer uma revolução socialista?”

Respostas	Percentuais
Rússia/URSS	24 %
Outros países errados	9 %
Não sabe/não lembra	67 %
Total	100 %

Ou seja, em dez capitais, apenas 24 % é que sabiam a resposta correta para essa questão. Pode-se argumentar que se trata de uma questão um tanto sofisticada, e que mede muito pouca coisa. Mesmo assim, ela nos permite perceber claramente (ao compararmos esse coeficiente de acerto com os cerca de 30 %, no Rio Grande do Sul, que em 1986 sabiam o que era uma Constituinte; ou com os 39 %, em Porto Alegre, que em 1982 sabiam o significado de esquerda/direita em política) que todos esses números repetem um desenho muito constante, e que não se tratam de números fantasiosos ou pinçados aleatoriamente, mas sim de números que revelam uma severa realidade, sobre a qual muito poucas pessoas se dão ao trabalho de ponderar seriamente.

Vale a pena adicionar um outro quadro, mais recente ainda, resultado de uma pesquisa do IBOPE, que entrevistou 2.000 pessoas, em maio de 93. Esse quadro foi publicado na revista “**Veja**” de 2/6/1993, com as respostas para a pergunta:

– “O(a) Sr.(a) lembra do nome do candidato e do partido em que votou para deputado federal nas últimas eleições (final de 1989)?

Respostas	Percentuais
Lembra candidato e partido	12 %
Votou só na legenda	14 %
Lembra só do candidato	8 %
Votou em branco/nulo	17 %
Não lembra em quem votou p/ dep. fed.	49 %
Total	100 %

Ou seja, metade da população não lembrava, pura e simplesmente, em que candidato ou partido votou naquela que é a eleição mais importante da nação. Da Câmara dos Deputados dependem todas as grandes leis do país, ou todas as principais decisões legislativas, ou mesmo, como já ocorreu na história recente, o impedimento do presidente, o chefe máximo do poder executivo, além de tantos outros encargos da maior responsabilidade e importância para o país. Pois bem, com tudo isso em jogo, apenas 12 % da população lembrava tanto do candidato quanto do partido em que votou para deputado federal nas últimas eleições.

Se somarmos os 49 % que declararam não lembrar, com os 17 % que votaram em branco ou anularam o voto, e mais os 8 % que só lembram do candidato e, portanto, têm um nível de informação tão baixo que nem sequer sabem a que partido pertencia o candidato em quem votaram, chegaremos a 74 %! Sem falar dos que votaram apenas em uma legenda partidária. Isto em maio de 1993. Dificilmente poderia haver corroboração melhor do que esta a respeito da validade e atualidade dos dados gerais aqui apresentados.

Tendo apresentado esse panorama acerca da **unidade** inerente à espécie humana, bem como acerca das **diferenças** que caracterizam a consciência política da população, podemos agora partir para a etapa seguinte de nossa argumentação.

Nos próximos capítulos contracenaremos esse panorama com as premissas das correntes de pensamento dominantes na atualidade, bem como com os modelos de organização política derivados dessas correntes.

Daremos mais ênfase à crítica do modelo derivado do Liberalismo – a democracia liberal – pois esse é aquele mundialmente dominante em nossos dias, além de ser o modelo que hoje está organizando a vida política brasileira.

Procuraremos evidenciar que os grandes problemas enfrentados pela humanidade estão, de fato, relacionados com os equívocos inerentes às premissas das correntes de pensamento dominantes (Liberalismo e Marxismo) e à conseqüente incompetência de seus modelos de organização política.

4 – O LIBERALISMO: PREMISSAS E SISTEMA POLÍTICO

As Correntes de Pensamento Dominantes

Não há dúvida quanto ao fato de que, pelo menos, desde a segunda metade deste século XX as correntes de pensamento que podemos genericamente referir como Liberalismo e Marxismo são aquelas dominantes. Com a vitória dos Aliados e a derrota do Nacional-Socialismo (Nazismo) alemão, do Fascismo italiano e do regime autoritário japonês na Segunda Guerra Mundial, o Liberalismo e o Marxismo passaram a dominar amplamente o cenário das idéias sócio-políticas a nível mundial.

No Brasil, após a Segunda Guerra, com o término do regime autoritário do Estado Novo de Getúlio Vargas (que durou de 1937 a 1945) instaurou-se uma ordem liberal que perdurou até o golpe de 1964 quando se iniciou um período de cerca de vinte anos de uma ordem militar autoritária. Mesmo nesse período autoritário, contudo, o discurso dominante era de que a ordem militarista visava garantir a preservação dos valores culturais do Ocidente, como a liberdade e a democracia, os quais estariam ameaçados pelo totalitarismo de cunho marxista ou comunista, bem como construir as pré-condições para o funcionamento de uma democracia liberal. Essa corrente de pensamento que deu sustentação ao período de autoritarismo militar ficou conhecida como Ideologia da Segurança Nacional.

A partir, então, de meados dos anos 80 reinstaurou-se um regime democrático-liberal, com a eleição de uma assembleia constituinte em 86, cujos trabalhos foram concluídos em 88. Esse processo culmina com a eleição direta de um presidente em fins de 1989.

Durante essa segunda metade do século XX existiu no Brasil uma oposição minoritária de cunho socialista, influenciada em maior ou menor escala pela corrente de pensamento marxista, a exemplo dos partidos socialistas e comunistas. Como sabemos, essa corrente de pensamento também é expressiva dentro de outros partidos a exemplo do Partido dos Trabalhadores (PT), do mesmo modo que no meio cultural e acadêmico. A corrente do pensamento marxista, portanto, também merece ser aqui examinada.

No presente momento da realidade política brasileira (2009), mesmo com as mudanças ocorridas no leste europeu e o desmembramento e as transformações liberalizantes da antiga URSS e com a conseqüente hegemonia avassaladora do pensamento e dos modelos de organização política de cunho liberal, podemos observar que o pensamento marxista ainda é praticamente a única alternativa ao pensamento liberal, embora uma alternativa bastante debilitada na atualidade.

O pensamento marxista também exerce uma certa influência dentro das posturas de cunho social-democrata, as quais aqui estão incluídas dentro da vertente liberal, uma vez que não questionam as instituições fundamentais da democracia liberal, porém apenas lutam por políticas econômicas e sociais de caráter menos excludentes ou mais distributivistas, dentro das regras do jogo democrático-liberal.

Premissas Equivocadas

A hipótese central desta obra, como dissemos antes, é a de que tanto o Liberalismo quanto o Marxismo estão fundamentados em premissas falsas a respeito dos principais atributos do ser humano, individual ou coletivamente considerado. Convém ressaltar que isso também é verdadeiro em relação às outras correntes de pensamento que foram importantes no século passado (XX), a exemplo do Fascismo e do Nacional-Socialismo nazista, cujas premissas falsas não serão aqui criticadas pelo simples fato de não serem hoje muito expressivas.

São essas falsas concepções acerca do ser humano, como já foi dito, que se projetam sob a forma de princípios ético-morais equivocados, bem como sob a forma de modelos de organização política que estão na base dos grandes problemas enfrentados pela humanidade. Por essa razão devemos fazer um esforço de síntese a fim de compreendermos a essência das concepções de ser humano e de humanidade que nucleiam as correntes de pensamento, os valores ético-morais e os modelos de organização política do Liberalismo e do Marxismo, em torno das quais se desenvolvem as demais principais instituições sociais da maioria dos países na atualidade.

Nos alongaremos um pouco mais no exame das premissas e das instituições centrais do Liberalismo do que naquelas do Marxismo, pela simples razão de que em nossos dias as instituições derivadas do Liberalismo tornaram-se amplamente dominantes no mundo.

Os Primórdios do Liberalismo

O Liberalismo, tanto como uma ampla corrente na história das idéias sociais, quanto como um conjunto de instituições sociais derivadas dessas concepções fundamentais, trata-se de um fenômeno, infelizmente, um tanto complexo. Mesmo num ***Dicionário de Política*** escrito por grandes acadêmicos como Norberto Bobbio, o verbete “Liberalismo” inicia-se com a observação – “*Uma Definição Difícil*”.

Talvez a principal dificuldade para compreendermos os fundamentos do Liberalismo resida no fato de que se trata de uma corrente de pensamento com cerca de três séculos de existência (John Locke, por exemplo, publica o seu ***Ensaio sobre o Governo Civil*** em 1690) e que, portanto, atravessou períodos de marcantes transformações do cenário mundial, como as Revoluções Industriais. Naturalmente, ao longo desse dilatado período tanto o pensamento quanto as instituições liberais sofreram significativas transformações, em diferentes países e em diferentes momentos no tempo. Essas transformações, então, é que tornam difícil uma definição precisa e sintética.

Em nossos dias, não é muito difícil percebermos que as grandes instituições políticas derivadas do Liberalismo dizem respeito à democracia-liberal, a qual analisaremos adiante. Contudo, no início do Liberalismo os seus princípios foram aplicados sob regimes onde as instituições monárquicas ainda eram dominantes e deram origem a regimes onde somente tinham direito de acesso aos mecanismos de representação política aqueles que atendessem certas exigências ou franquias, como o fato de possuírem propriedades ou uma renda mínima. Os regimes influenciados pelo Liberalismo em seus primeiros tempos, portanto, não eram democráticos no

sentido hoje usualmente atribuído à palavra democracia, onde se supõe uma participação de praticamente toda a população adulta.

O Homem é o Lobo do Homem

No entanto, um núcleo de premissas teóricas e de instituições propriamente liberais deve ter perdurado ao longo de todas essas transformações, de modo que o modelo político hoje dominante no mundo ainda denomine-se “democracia liberal”. A seguir, então, procuraremos expor sinteticamente esse núcleo, o qual, como dissemos antes, em termos teóricos deve necessariamente estar relacionado com uma determinada concepção acerca das características fundamentais do ser humano.

O Liberalismo surge como uma reação à ordem absolutista, sendo que um dos últimos grandes teóricos do Absolutismo foi Thomas Hobbes (autor da famosa obra **O Leviatã**), o qual concebia o ser humano como naturalmente egoísta, senão violento, conforme podemos ler na citação que segue:

“Para chegar a justificar o governo absoluto, Hobbes parte da descrição do estado de natureza que, segundo se acreditava comumente por essa época, teria precedido o estado social. Encontra-se, sem nenhuma dúvida, no curso dessa descrição, traços do primeiro livro de história de Tucídides, no qual esse autor conta que numa época longínqua os gregos viviam de rapinagens e de violências, e que a única lei era a do mais forte.

“Tais eram, segundo Hobbes, os costumes de todos os homens primitivos. Dessa forma, no seio desses povos, nem os homens nem os bens gozavam jamais de segurança. Cada um devia se defender contra a violência dos outros, e cada homem era lobo para os outros homens, ***homo homini lupus***. Por toda parte irrompia a luta de cada um contra todos – ***bellum omnium contra omnes***.

“A fim de sair desse estado caótico, todos os indivíduos teriam cedido todos os seus direitos ao Estado. Cada qual teria colocado suas forças ao serviço estatal, a fim de que esse tivesse a possibilidade de por termo às violências de todos e remediar esse estado de coisas insuportável.” (G. Mosca e G. Bouthoul, ***História das Doutrinas Políticas***, p. 189)

“Leviatã” trata-se do nome de um animal feroz e muito poderoso, ao que tudo indica o crocodilo do Nilo, que é descrito na ***Bíblia***, nos cap. 40 e 41 de ***Jó***, e sobre o qual ele escreve: “*Não há poder sobre a terra que se lhe compare, pois foi feito para que não temesse a nenhum.*” (***Jó***, 41:24). É claro que Hobbes, ao valer-se da figura do Leviatã, sustenta que um papel benigno é desempenhado por um poder assim (o do monarca absoluto) o qual, ao atemorizar a todos, pode “por termo às violências de todos e remediar este estado de coisas insuportável”.

Nos primórdios da corrente do Liberalismo, a exemplo do que se encontra nos escritos do inglês John Locke – considerado como um dos grandes formuladores das origens do Liberalismo – parte-se da mesma concepção de homem como um ser basicamente egoísta, mas chega-se a conclusões exatamente opostas e, diga-se de passagem, muito mais lógicas que as de Hobbes. Ou seja, se todo o homem é lobo dos demais homens, então de pouco nos adianta termos um Leviatã, pois, logicamente, esse também será um lobo, preocupando-se apenas com os seus interesses e dos que lhe são caros, às expensas do bem-estar de muitos outros que seriam por ele explorados em benefício do grupo detentor do poder central. De fato, após tantos anos de domínio das idéias liberais, quase ninguém mais associa o

Leviatã com um poder que exerce um papel socialmente benéfico, mas sim com um monstro aterrador de grande malignidade.

Os Três Poderes: Uma Ordem de Contrapesos

E é exatamente isso que muitos dos primeiros liberais denunciavam, e contra o que se insurgiam, pois o que podiam observar era justamente uma corte muito luxuosa e cheia de privilégios, enquanto que a situação era de miséria entre a população menos favorecida. Os primeiros liberais enfrentaram, desse modo, uma espécie de dilema: se não houvesse um poder central maior os homens logo cairiam na barbárie, mas caso houvesse um poder maior, esse (também sendo lobo) acabaria explorando os seus semelhantes.

A resposta desses pensadores a esse dilema deu forma às instituições liberais fundamentais, as quais, depois de muitas lutas, finalmente resultaram amplamente vencedoras. E embora tenham se transformado significativamente, conforme antes mencionamos, em seus traços essenciais essas instituições perduram até os nossos dias. Que resposta foi essa? Foi a de criar-se o que na ciência política chama-se de uma ordem de “contrapesos”. Ou seja, alguém apenas faria as leis, outro apenas seria responsável pela execução dessas leis, e um terceiro apenas ficaria responsável por julgar se essas leis estavam sendo cumpridas ou não. Uma ordem, como vemos, fundamentada numa desconfiança básica do homem e da humanidade, onde o primeiro e o segundo controlam o terceiro; o segundo e o terceiro controlam o primeiro; e assim por diante, formando um equilíbrio racional, como que de contrapesos.

O Estado Mínimo

Temos aí a origem da concepção dos três poderes fundamentais separados; hoje denominados legislativo, executivo e judiciário. Temos aí também a origem da concepção de um “estado mínimo”, que até hoje encanta muitos liberais. Já que existe a necessidade de um poder central maior, que ele seja o menor possível. E, mesmo esse, sempre dentro de um esquema de contrapesos. Tudo isso logicamente embasado numa desconfiança fundamental, que visa garantir que ninguém empunhe um poder muito grande, porque se todo homem é lobo de todo homem, então, “todo o poder corrompe, e o poder absoluto corrompe absolutamente”, que é uma das máximas preferidas dos liberais até os nossos dias.

Vejamos outra citação da **História das Doutrinas Políticas**, antes citada, a qual corrobora o panorama sintético recém apresentado sobre os primórdios do Liberalismo:

“John Locke, nascido em 1632, morto em 1704, personificou as tendências liberais opostas às idéias absolutistas de Hobbes. Seu **“Ensaio sobre o Governo Civil”** foi publicado em 1690, menos de dois anos depois da segunda revolução inglesa, que havia ocorrido no fim de 1688. Compreende-se que, escrevendo em seguida a um acontecimento dessa importância, um escritor político tivesse necessidade de tomar posição e de tornar conhecida sua opinião a respeito da questão. Locke justifica a revolução.

“O **“Ensaio sobre o Governo Civil”** é dividido em duas partes. Na primeira ele se dá ao trabalho de refutar Filmer. Na segunda, partindo das mesmas hipóteses que Hobbes, ou seja, admitindo um estado de natureza

seguido de um pacto social (idéia comum a vários escritores dos séculos XVII e XVIII), chega a conclusões opostas às sustentadas por Hobbes. (...)

“É a Locke que se deve a elaboração quase completa da teoria dos três poderes fundamentais, mais tarde desenvolvida por Montesquieu.” (*idem acima*, p. 191-192)

Um Homem, Um Voto

É importante notarmos que ao longo de sua história a principal modificação que podemos observar na prática dos modelos de inspiração liberal foi a gradual expansão das franquias que de início eram exigidas para o exercício do voto, até que se chegou, geralmente já em pleno século XX, ao chamado voto universal, o qual é hoje uma das características das democracias liberais. Essa gradual expansão em grande medida deveu-se às transformações pelas quais passavam as sociedades nacionais na Europa e na América do Norte, cada vez mais industrializadas, e que desencadearam movimentos operários sufragistas (que lutavam pelo direito de votar) no século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Porém, quanto às suas outras instituições básicas, a exemplo dos três poderes fundamentais, da ordem jurídica gerada por um pacto social, da economia de mercado (com ampla liberdade para os agentes econômicos), e da garantia de direitos individuais e de outras liberdades consagradas pela tradição liberal (a liberdade de palavra, de associação, da qual decorre uma ordem pluralista onde existem vários partidos políticos etc.), todas essas instituições encontram-se até os nossos dias preservadas sem modificações essenciais.

No século passado (XX), então, devemos acrescentar a essas principais instituições liberais a do voto universal, não mais limitado por franquias pecuniárias, pelo sexo, ou quaisquer outras restrições. Isso desde muitas décadas se constitui em outro dos pilares dos modelos de organização de cunho liberal, ou seja, a noção de que todos são iguais em direitos e deveres e que, portanto, a cada indivíduo deve corresponder um voto (“*um homem, um voto*”).

Mudanças com Permanência das Premissas Fundamentais

C. B. Macpherson, autor da conhecida obra ***A Democracia Liberal: Origens e Evolução***, tenta apanhar sinteticamente esse grande movimento de transformação no Liberalismo na passagem dessa sua obra que temos a seguir:]

“Os liberais do século XVII e XVIII, que não eram absolutamente democratas (a partir de, digamos, Locke até Burke), admitiam plenamente as relações capitalistas de mercado. O mesmo se pode dizer dos democratas-liberais do início do século XIX, e veremos (no capítulo II) até que ponto isso se aplica aos casos de Bentham e James Mill. Depois, a partir de meados do século XIX, como veremos (no capítulo III), os pensadores liberais tentaram combinar a aceitação da sociedade capitalista de mercado com uma posição ética humanista. Isso ensejou um modelo de democracia consideravelmente diferente do de Bentham, mas ainda implicando aceitação da sociedade de mercado.” (p. 27)

Vemos, portanto, que apesar das grandes transformações ao longo de sua história, o Liberalismo consegue preservar o núcleo de suas premissas fundamentais,

bem como de suas principais instituições, embora elas tenham se enquadrado dentro da moldura de teorias um tanto diferentes. É importante notarmos, sobretudo, que todas essas transformações ficam dentro da concepção fundamental do homem como um ser em última análise egoísta, o qual, por maior que sejam as suas capacidades e a sua inteligência, sempre tratará de maximizar as suas satisfações pessoais.

Essa é a concepção genérica de ser humano que até os nossos dias predomina dentro do pensamento liberal. Na verdade, fora desse pano de fundo conceitual a sua instituição básica de uma ordem de contrapesos torna-se inconsistente e ilógica. Ou seja, fora dessa matriz conceitual não faz muito sentido uma ordem baseada em uma desconfiança universal acerca do poder estatal, com os seus poderes fundamentais independentes entre si, bem como com a noção de um estado mínimo, isto é, um poder central mínimo (devido à noção de que **“todo poder corrompe”**).

Ora, se todo o poder corrompe é porque todos os seres humanos são corruptíveis. E isto ocorre porque em todos os seres humanos predomina inexoravelmente, sobre todas as outras características fundamentais de comportamento, a defesa dos seus interesses particulares. Os seres humanos, portanto, por mais inteligentes que possam ser, são essencialmente egoístas – permanecendo assim verdadeira para os liberais a generalização da máxima ***homo homini lupus***.

Em vista desse estado de coisas, que faz com que todos se inclinem, sobretudo, a buscar a satisfação dos seus interesses privados, muitos pensadores liberais argumentaram que um modelo de organização social composto por essas principais instituições liberais significa a garantia de que será atingida a maior felicidade para o maior número de pessoas, e daí a coerência dessa visão de ser humano com o discurso da excelência insuperável do mercado capitalista, bem como da excelência de uma ética de cunho utilitarista.

Isto é, dessas premissas do pensamento liberal a respeito do ser humano deriva-se logicamente a defesa de uma moral, ou valores de conduta, centrada no princípio da busca pelo maior prazer e satisfação individual. Cabe lembrar que o Utilitarismo é uma corrente de filosofia social, importantíssima na sustentação teórica do modelo liberal, e que define “como fundamento das ações humanas a busca egoística do prazer individual, do que deverá resultar maior felicidade para maior número de pessoas, pois se admite a possibilidade dum equilíbrio racional entre os interesses individuais.” (do verbete “utilitarismo”, no ***Dicionário de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira***, 1986, p. 1745).

O Fim das Ideologias

Convém salientar que tanto a ética quanto o modelo de organização política do Liberalismo são coerentes com suas premissas e que, caso essas premissas a respeito do homem fossem verdadeiras, essa ética e esse modelo, de fato, seriam o melhor que se poderia esperar para a humanidade.

Em vista disso, e da enorme predominância alcançada pela democracia liberal, alguns teóricos liberais de nossos dias chegam a defender a idéia que chegamos ao que chamam de **“fim das ideologias”**. Ou seja, uma vez que este é o modelo mais perfeito para a humanidade, aquele que assegura a maior felicidade possível para o maior número e, como se não bastasse, é aquele que se encontra em aplicação na

grande maioria dos países e, certamente, nos mais poderosos – que em vista de tudo isto, teríamos chegado a um modelo definitivo. A partir desse momento todo o desenvolvimento futuro da humanidade se daria dentro desse modelo significando, desse modo, um fim das lutas entre filosofias e modelos políticos alternativos, um **“fim das ideologias”**.

Certamente deve causar boa dose de mal estar a esses pensadores tão otimistas o fato de que, apesar de termos alcançado uma visão definitiva (e, assim, verdadeira) do ser humano e da humanidade, bem como de termos chegado a um modelo permanente de organização político-social (e, portanto, bom e cientificamente consistente), que apesar de tudo isso a humanidade se encontra no estado terrível em que se encontra, onde se destacam, de um lado, os problemas do chamado subdesenvolvimento e, de outro, as ameaças crescentes de desequilíbrios ambientais catastróficos. Mas talvez a sua faceta mais triste seja o fato de que a humanidade de nossos dias se encontra sem qualquer perspectiva concreta de superação desse quadro num horizonte previsível. Na realidade, o que temos bem claramente previsível à nossa frente é um agravamento crescente de problemas e desafios colossais.

Tendo em mente esse panorama global, ainda que muito sintético, a respeito das premissas e do modelo de organização política do Liberalismo, passemos agora a analisar as falhas desse modelo. Iniciaremos essa análise, contudo, procurando situar e enfatizar a importância decisiva dos modelos de organização política em relação ao bem-estar dos países em geral.

(p. 61)

5 – AS FALHAS DA DEMOCRACIA LIBERAL

A fim de podermos perceber claramente como os problemas mundiais estão relacionados com as falsas concepções de ser humano que fundamentam tanto o Liberalismo quanto o Marxismo (por não apreenderem satisfatoriamente os aspectos da unidade e da diversidade inerentes à humanidade), faz-se necessário criticarmos seus modelos de organização política.

Isto é necessário porque, como dissemos, essas falsas concepções se relacionam com os problemas concretos da humanidade por meio das principais instituições que organizam a vida social. Essas instituições se constituem em aplicações práticas, ou modelos que estruturam concretamente as nossas vidas diárias, que são, esses sim, diretamente derivados desses pressupostos abstratos, ou dessas premissas filosóficas a respeito do ser humano.

Se quiséssemos ser um pouco mais precisos deveríamos dizer que essa intermediação ocorre em primeiro lugar através da influência sobre o comportamento da elite, na medida em que esse comportamento é afetado por uma determinada visão de mundo e, conseqüentemente, por um determinado conjunto de valores éticos. E é esse comportamento da elite que, por ser ela tão dominante (conforme vimos no capítulo sobre as diferenças de capacidade), se projeta inevitavelmente sobre o todo da sociedade, sob a forma de suas principais instituições (a exemplo do sistema de organização política).

A Importância da Forma de Organização do Poder

Entre todas as principais instituições de uma sociedade, concretizadas através das idéias e dos padrões de comportamento que são dominantes ao nível da elite, a mais crucial ou vital, aquela da qual necessariamente dependem as outras grandes instituições de uma sociedade, é o modelo ou a forma como o poder é organizado e distribuído dentro desse corpo social.

(p. 62)

É claro que todas as grandes instituições de uma sociedade (econômicas, educacionais etc.) interagem e influenciam-se mutuamente e, portanto, a importância de nenhuma delas deve ser negligenciada. No entanto, todas as leis fundamentais, que em grande medida balizam a existência dessas outras instituições, bem como os processos de tomada de decisões que envolvem imensas quantidades de recursos, dependem vitalmente da forma como o poder é organizado.

Isto porque é a estrutura política que regulamenta a maneira como serão escolhidos os principais legisladores e governantes. E são eles que decidirão a respeito das principais leis constitutivas, bem como são eles que decidirão a respeito da aplicação prática de gigantescos volumes de recursos.

Efeitos da Não Compreensão da Unidade e das Diferenças

A forma como se estrutura ou se organiza o poder é, portanto, crucial para o bem-estar de qualquer sociedade. A compreensão desse ponto não parece ser muito difícil e, talvez, seja uma coisa razoavelmente bem conhecida. No entanto, mesmo ao

nível da elite as pessoas encontram enormes dificuldades para perceber que as grandes instituições que organizam e distribuem o poder, isto é, os sistemas políticos, tanto do Liberalismo quanto do Marxismo, são muito inconsistentes, ou muito incompetentes no cumprimento de sua função básica de organizar o poder numa sociedade. E, assim sendo, a maioria da elite falha em perceber que é precisamente a incompetência dessas instituições que é diretamente responsável por grande parte dos graves problemas enfrentados por essas sociedades.

Essa dificuldade generalizada de perceber claramente o fracasso desses modelos tem como explicação o fato de que somente é possível essa percepção quando se leva em conta tanto a unidade quanto as enormes diferenças de capacidades mentais e morais (ou de caráter) – os dois aspectos absolutamente fundamentais em qualquer visão realista dos seres humanos coletivamente considerados – e que são justamente os pontos aonde, como vimos, falham tanto o Liberalismo quanto o Marxismo.

Por essa razão é tão importante a perspectiva da humanidade como uma fraternidade, uma vez que é a única que engloba e harmoniza esses dois aspectos fundamentais, e aparentemente contraditórios, da unidade e da diversidade. Também por essa razão nos preocupamos tanto em apresentar um claro panorama acerca da unidade e das diferenças entre os seres humanos.

(p. 63)

As Duas Funções do Sistema Político

Quando levamos em conta esses aspectos, fica muito claro que o sistema de organização política em qualquer sociedade deve responder, sobretudo, a duas grandes necessidades relativas à organização do poder.

A primeira delas é oferecer um processo de escolha dos principais legisladores e governantes, por meio do qual possam chegar aos cargos de maior responsabilidade dentro de uma sociedade os indivíduos realmente mais capacitados, tanto em termos ético-morais, quanto em termos técnicos.

E a segunda necessidade é garantir que esses dirigentes sejam dotados dos meios de coerção adequados, isto é, de uma quantidade suficiente de poder ou força, de modo que eles sejam capazes de impor o respeito à norma legal, a qual é resultado das decisões emanadas desses legisladores e governantes.

É indispensável que haja uma compreensão bem clara a respeito da importância decisiva dessas duas funções principais de um sistema político. Isto é decisivo tanto para que se possa elaborar um bom diagnóstico das falhas dos sistemas atuais e, assim sendo, para que se entenda como são gerados os problemas mundiais, quanto para que se vislumbre a possibilidade da construção de uma ordem social satisfatoriamente harmônica. Por esta razão examinaremos a seguir cada uma destas funções.

O Processo de Escolha dos Governantes

A primeira necessidade, portanto, é a de um eficaz processo de escolha dos governantes. Se levarmos em conta as enormes diferenças de capacidade e, assim sendo, de níveis de abrangência da consciência social dos seres humanos (expostas anteriormente) perceberemos imediatamente que este aspecto é absolutamente

essencial e não pode deixar de ser equacionado com muita competência, sob pena de acarretar conseqüências simplesmente desastrosas.

Um competente processo de escolha das lideranças é imprescindível porque as questões atinentes a uma nação inteira, e ao seu relacionamento com outras, são muito vastas e complexas, tanto assim que apenas muito poucas pessoas, apenas aquelas mais capacitadas e mais altruístas é que estarão aptas para enfrentá-las apropriadamente. Ou seja, os requerimentos inerentes ao exercício competente dos cargos de maior responsabilidade em uma nação são muito grandes e, deste modo, exigem que o processo de escolha assegure que

(p. 64)

chegarão até estes cargos os indivíduos realmente capacitados, que serão certamente muito poucos. Tudo isto evidencia o fato de que este sistema de escolha dos dirigentes deve ser excepcionalmente bem estruturado, sob pena de facilmente comprometer o bem-estar de toda a sociedade que em torno dele vive.

Se examinarmos o exemplo muito mais simples de uma empresa, perceberemos com muita facilidade que o fato de não se colocar os mais capacitados nos postos de chefia implica num desperdício enorme de recursos. Que dizer então para o caso das nações, que são realidades muito mais complexas e, geralmente, muito mais vastas? Neste caso, não escolher aquelas poucas pessoas qualificadas para estas funções e responsabilidades, significa a certeza não apenas de imensos desperdícios, mas de catástrofes físicas e morais, que é bem o quadro que podemos observar no panorama mundial atual.

A Necessidade de Um Grande Poder de Coerção

Quanto à segunda necessidade apontada – isto é, a da presença não apenas de pessoas capacitadas, mas também de suficiente poder de coerção em suas mãos, a fim de que suas decisões possam ser realmente postas em prática – isto também é algo de fundamental importância por causa, sobretudo, de uma das características básicas do mundo atual, que é a existência de gigantescas organizações, públicas e privadas, que detêm um poder incrivelmente grande em suas mãos, e que o usam para a realização dos seus interesses e objetivos privatistas (de corporações ou de grupos privados).

Como não é muito difícil de constatar, mesmo as organizações públicas desenvolvem um “espírito de corpo”, isto é, interesses corporativos, e usam o seu poder enorme em prol destes interesses. Dentro deste cenário, se os dirigentes do Estado não estiverem dotados de um enorme poder de coerção, não haverá a menor chance de que estes interesses gigantescos possam ser regulados e harmonizados em prol dos interesses maiores do bem-estar coletivo.

O modelo de organização política do Liberalismo, a chamada democracia liberal, oferece respostas muito pouco satisfatórias a qualquer uma destas duas necessidades examinadas. De um lado, oferece um processo de seleção aos postos de maior responsabilidade que nem de longe seleciona aqueles poucos realmente capacitados para o exercício destas elevadas e pesadas responsabilidades. E, de outro, gera uma estrutura estatal débil, totalmente à mercê dos grandes interesses corporativos, isto é, das gigantescas organizações públicas e privadas, cuja

(p. 65)

existência, como vimos, é uma das características mais salientes das sociedades atuais.

A Liberdade

Tentemos entender porque isto é assim. Imaginemos inicialmente um processo de seleção qualquer, um concurso público, por exemplo. Se quiséssemos que ele fosse um processo de seleção sério, justo e competente, isto é, que realmente tivesse uma boa chance de escolher os melhores de uma dada população, quais seriam as condições necessárias? Em primeiro lugar deveria existir **liberdade** para qualquer pessoa participar, a fim de que ninguém fosse de antemão excluído do concurso. Se uma parte da população fosse excluída a priori, digamos aqueles que têm a pele vermelha, nada nos garantiria que entre aquela parcela, pequena ou grande, da população que possui a pele vermelha, não houvesse alguém muito qualificado. Assim sendo, a liberdade é um ingrediente indispensável de um processo justo e competente de seleção.

A Igualdade de Oportunidades

Em segundo lugar, não deveria haver privilégios no processo de escolha, isto é, deveria haver **igualdade de oportunidades na disputa**, pois se alguém, por exemplo, tivesse o privilégio de saber antecipadamente as questões da prova, esta pessoa certamente obteria o primeiro lugar, mas isto não teria valor algum, não provaria coisa alguma. Isto viciaria irreparavelmente o processo de seleção, o tornaria injusto e incompetente em relação ao seu verdadeiro propósito que é selecionar os realmente capacitados.

A Adequação Entre Funções e Capacidades

Finalmente, deveria haver uma grande adequação entre o grau de dificuldade da prova, a função para a qual ela está selecionando, e a qualificação ou o nível de compreensão da população em questão. Se, por exemplo, a prova estivesse selecionando auxiliares de escritório, de nada adiantaria uma prova que contivesse apenas questões de cálculo integral. De um lado, este conteúdo não está adequado ao grau de dificuldade, ao tipo e à responsabilidade da função e, de outro, a população alvo pouco entenderia das questões, tornando o processo

(p. 66)

de seleção muito pouco significativo. Isto quer dizer que deve haver uma **adequação entre o nível de dificuldade e responsabilidade da função e o nível de compreensão da população**.

Estas condições são praticamente universais em relação a qualquer processo de seleção de recursos humanos, e o caso de um sistema político que busque ser justo e competente não se constitui em nenhuma exceção a estas regras. Examinemos, então, cada uma destas condições em relação ao processo de seleção das democracias liberais.

O Equívoco das Eleições de Grandes Massas

A liberdade de participação e expressão é um valor universal, inerente à dignidade humana, e qualquer cerceamento a priori da possibilidade de alguém, ou de algum grupo, participar do processo político viciará o processo de escolha por parte da população, e assim por diante. Falando apenas em termos gerais, a garantia desta liberdade de participação, de expressão, de organização etc., costuma ser

razoavelmente bem atendida nas democracias liberais. Esta condição, portanto, não é um grande problema neste tipo de modelo de organização política.

Mas que dizer da segunda condição, que é da igualdade de condições na disputa pelos postos de maior responsabilidade política do país? Haveria igualdade de condições nas eleições de grandes massas que caracterizam os processos de escolha para os principais postos políticos nas democracias liberais? Evidentemente que não, nem de longe!

Os processos eleitorais de grandes massas, que geralmente chegam à casa dos milhões de pessoas, não raro muitos milhões de pessoas, caracterizam-se por campanhas caríssimas, as quais envolvem vultosos recursos (humanos, materiais, financeiros etc.) e envolvem necessariamente acesso aos meios de comunicação de massa. Ora, a maioria da população possui poucos recursos, e os meios de comunicação de massa são detidos por grupos privados! O que acontece na realidade deste cenário injusto é que a grande maioria fica completamente excluída de qualquer chance concreta de sucesso em uma disputa tão flagrantemente desigual.

E o resultado disto é bem evidente. A esmagadora maioria daqueles que se elegem pertencem a algumas categorias bem visíveis. Elegem-se, sobretudo, os ricos, ou aqueles financiados pelos que detêm grandes recursos materiais; elegem-se também aqueles que aparecem com freqüência nos meios de comunicação

(p. 67)

de massa, sejam artistas, atletas ou comunicadores de massa de vários tipos. Cabe repetir que sendo os meios de comunicação empresas privadas, os interesses privados dessas empresas exercem uma “natural” censura, não apenas sobre aquilo que veiculam, mas muito especialmente sobre aqueles que empregam como seus comunicadores de todos os tipos.

Alguém já viu um comunicador do SBT criticando os interesses econômicos, ou políticos, ou de qualquer outro tipo do Sr. Sílvio Santos? Ou coisa análoga em relação à Globo e o Sr. Roberto Marinho? Bem ao contrário, o que se sabe é de comunicadores, artistas etc., que perdem seus empregos por discordarem das idéias de seus patrões. Do que se sabe bem, igualmente, é do poder imenso dos meios de comunicação de massa, sejam as redes de televisão, ou de rádio, ou mesmo dos grandes jornais e revistas, que em conjunto são freqüentemente denominados de “quarto poder”.

A última categoria que tem bastante “sorte” neste sistema são os demagogos de todos os tipos. São aqueles que, consciente ou inconscientemente iludem a massa com promessas que não poderão cumprir. É claro que alguns conseguem combinar duas destas categorias, ou mesmo as três, e aí então temos os fenômenos eleitorais.

Muitas pessoas não percebem claramente que este quadro tão injusto fica ainda muito agravado quando consideramos a terceira das condições de um bom processo de escolha, que diz respeito à necessária adequação entre o nível da função ou responsabilidade, e o nível de consciência da população. As informações do capítulo sobre as diferenças de capacidades nos mostraram o real perfil dos níveis de abrangência da consciência social da população.

O grau de inocência de grande parte desta população foi ali mostrado de forma clara. Sem uma visão nítida deste perfil e das enormes diferenças de abrangência na consciência social da população não é possível um diagnóstico sério acerca do quão injustas e incompetentes são as regras para a seleção dos governantes nos processos eleitorais das democracias liberais.

Tomemos um exemplo concreto. Qual o sentido da população inteira ser obrigada a escolher os constituintes, através do sufrágio direto universal e obrigatório, quando de acordo com uma pesquisa do IBOPE, antes mencionada, poucos meses antes das eleições, no Rio Grande do Sul, que é um dos estados com melhores índices educacionais do país, 70,5 % da população não sabia sequer o que era uma Constituinte?

Seria de causar qualquer surpresa que num processo de escolha dos dirigentes deste tipo a população eleja um presidente corrupto? Que ela eleja

(p. 68)

como deputado federal, um dos postos de maior responsabilidade, um traficante de drogas, e assim por diante? E não se diga que isto é apenas no Terceiro Mundo. Basta ver o exemplo recente da Itália, com tantos escândalos de corrupção etc. E o do Japão, onde mais de um primeiro ministro foi deposto porque descobriram que haviam sido subornados por grandes empresas, como a Lockheed dos EUA. Ou o caso de Nixon nos EUA. Os exemplos são tantos e tantos que se tornam enfadonhos. E isto que são apenas os conhecidos.

O quadro abaixo, a respeito da credibilidade dos políticos, é bem nítido acerca dos resultados deste processo de escolha dos dirigentes políticos numa democracia liberal. Estes dados são sobre a credibilidade merecida por aqueles que deveriam ser o que uma nação tem de melhor, pois ocupam os postos de maior responsabilidade. A pesquisa é do IBOPE e foi publicada em Zero Hora, em 09/08/87. A pergunta apresentada foi a seguinte:

– **“Você concorda ou discorda das afirmações abaixo usadas para descrever a atuação dos políticos?”** A tabulação apresenta percentuais.

Afirmações	Concorda	Discorda	Não sabe/ não opinou
Só fazem política em interesse próprio	80 %	17 %	3 %
Se preocupam com os interesses do povo	30	67	3
Mesmo os mais honestos acabam se corrompendo	66	26	8
Não cumprem o que prometem na campanha	89	9	2
Só defendem aqueles que os ajudaram a se eleger	73	23	4
Desfrutam de muitas mordomias	92	6	2
Só se lembram do eleitor na hora da eleição	93	6	1

Este quadro é um claro atestado acerca da incompetência deste sistema de escolha dos dirigentes políticos. Talvez apenas o agravamento nos últimos dez

(p. 69)

anos do quadro de excludência social, de miséria e violência na sociedade brasileira (que já era intolerável) seja um atestado ainda mais inequívoco acerca da incompetência geral deste modelo de organização política.

O Poder das Grandes Organizações

No entanto, não apenas quanto ao processo de escolha dos governantes este modelo resulta incompetente. Também este modelo resulta incompetente no que diz respeito à sua capacidade de prover os governantes da necessária força de coerção, sobretudo, como vimos, para fazer frente ao enorme poder das grandes organizações.

Por que estas grandes organizações são tão poderosas? Em última análise, porque conseguem reunir de forma coesa os esforços de muitos milhares de pessoas, por vezes centenas de milhares de pessoas. Graças a esta reunião coesa de esforços, ainda que por motivações de cunho eminentemente privatista, estas organizações apropriam-se de imensas quantidades de recursos econômicos, financiam e subornam dirigentes políticos, e assim por diante. E estas façanhas organizacionais são possíveis porque os seus departamentos de pessoal, entre outros, aplicam com muita eficácia o conhecimento acerca das diferenças de capacidades!

Alguém conseguiria imaginar uma grande empresa, com dezenas de milhares de funcionários, escolhendo seus principais executivos, seu conselho de administração, enfim, seus postos de maior responsabilidade, por meio de um processo de eleições diretas com um voto para cada funcionário? Absolutamente não! Ou um exército escolhendo seus generais por eleições diretas de todos os componentes da força? De forma alguma! A própria Igreja Católica Romana, que do ponto de vista meramente organizacional é um dos exemplos mais bem sucedidos da história, e cujos bispos e cardeais, **FORA DE CASA**, apóiam a democracia liberal, não aplica, é claro, em sua própria casa um sistema tão ineficiente. Os seus fiéis não elegem o Papa, nem sequer os padres, e nem mesmo todos os bispos. Apenas os cardeais procedem à escolha do chefe da Igreja.

Ora, os problemas de uma grande nação são muito mais complexos do que os problemas administrativos de uma grande empresa, de uma força armada, ou de uma organização religiosa. Mas os mesmos líderes empresariais, militares, religiosos etc., que para fora de suas organizações pregam as maravilhas do modelo democrático liberal, jamais pensariam em aplicá-lo nas realidades muito

(p. 70)

mais simples de suas corporações! Esta é a miséria das elites. Isto é, a miséria das idéias que dominam ao nível das elites e que se projetam como as grandes instituições dos países e do mundo.

A fraqueza do Estado organizado sob a forma de uma democracia liberal foi atestada, várias vezes, na história recente do Brasil, e de tantas outras nações do Terceiro Mundo, ou mesmo da América Latina. Por que foram possíveis tantos golpes de estado, e por que serão possíveis tantos outros no futuro? Porque se trata de um modelo de estado débil, impotente ante a força das grandes organizações, das quais ele geralmente não passa mesmo de um fantoche. E o mesmo fator que explica a força destas corporações explica a fraqueza deste modelo.

Vimos que a força destas corporações reside no fato de conseguirem reunir, ou organizar, de forma coesa muitos milhares de pessoas. E perante a colossal força destas corporações unicamente a força gerada por uma boa organização de toda a população de um país poderia impor-se. E é exatamente isto que o modelo democrático-liberal não faz, pois nos sistemas de eleições de grandes massas a organização política é muito frouxa e a população permanece fragmentada, ou "atomizada", devido à grande distância que separa os representantes dos representados. E é a boa organização, a coesão, ou a união como se diz

popularmente, aquilo que gera a força – não a fragmentação, a frouxidão quase amorfa.

Quando milhões de pessoas elegem diretamente um governante, seja legislativo ou executivo, este mesmo processo, além de muito incompetente como processo de escolha dos mais capacitados, gera um abismo entre a população e os seus dirigentes, do qual advém a fraqueza deste tipo de estado, em relação às gigantescas corporações, privadas ou públicas. Porque mesmo estas últimas desenvolvem um espírito de corpo e interesses privatistas, os quais, em um estado tão fraco, não há força capaz de controlar.

Desnecessário seria dizer que esta fraqueza apenas é reforçada pela ordem de contrapesos dos três poderes, cuja separação, de fato, enfraquece ainda mais o poder central. Este enfraquecimento, como vimos, é na realidade o objetivo visado, o qual é derivado da concepção de um “estado mínimo”. Nestes pontos, em resumo, residem as falhas do modelo liberal.

Conforme citamos de Philip Converse anteriormente, são as correntes de pensamento que constroem a vida das nações. E do mesmo modo são elas que constroem a vida dos indivíduos – poderíamos acrescentar. Aquilo que domina as (p. 71) mentes da elite, aquilo que os líderes e os intelectuais proferem, aquilo que o poeta canta etc., nisto se converterá a vida de uma nação, uma vez que estes pensamentos também serão inevitavelmente aplicados como as principais instituições ou, no caso, como os modelos de organização sócio-política.

(p. 72)

6 — AS PREMISSAS E AS FALHAS DO MODELO MARXISTA

Qual a visão de homem que nucleia a filosofia social do Marxismo? A consciência humana é vista nesta filosofia como resultado do entrelaço dialético de forças materiais, sobretudo relacionadas às formas de produção e distribuição dos bens econômicos.

Em seu materialismo dialético e historicista, Marx pretende ter descoberto a lei de conflito dialético (tese, antítese e síntese) ligada às disputas pelas riquezas econômicas, a qual explicaria todo o desenvolvimento material e psico-espiritual (intelectual, jurídico, filosófico-religioso etc.) da humanidade.

A Lei do Conflito Fundamental

Esta lei pode ser resumida como o conflito existente em todas as sociedades históricas (exceto num suposto comunismo primitivo) entre exploradores (tese) e explorados (antítese), ricos e pobres, dominadores e dominados. Este conflito sempre tem como resultante uma nova síntese, a qual determina um novo padrão de exploração, que passa a se constituir em uma nova tese, gerando uma nova antítese e assim por diante. Em nosso momento histórico do capitalismo esse conflito dá-se centralmente entre a classe detentora dos bens e equipamentos de produção econômica (os capitalistas, ou a burguesia) e a classe trabalhadora que possui apenas a sua força de trabalho.

Este conflito fundamental é que, em resumo, geraria e explicaria a enorme diferenciação existente ao nível das consciências. Os explorados devido à pobreza, à ignorância e ainda à cultura dominante, que surge para justificar esta exploração (cultura esta chamada por Marx de “ideologia”), tornam-se alienados ou inconscientes de seus direitos e possibilidades de desenvolvimento. Os exploradores, devido à riqueza e à educação que lhes confere um maior

(p. 73)

descortino e abrangência mental, reproduzem as formações culturais que justificam a exploração, isto é, as visões de mundo ideológicas ou de dominação.

A Consciência Determinada Pelo Meio Material

Mas, ao contrário do Liberalismo que vê o homem com uma desconfiança fundamental, o Marxismo é uma filosofia que vê o homem através de certo tipo de otimismo fundamental. Isto porque o Marxismo defende a premissa de que esta diferenciação entre exploração e alienação, que caracteriza a consciência da humanidade até os nossos dias, trata-se apenas de um período na evolução da espécie humana (definido como “pré-história” da humanidade), uma fase que estaria próxima do seu final.

Deste modo, devido ao avanço e à complexificação cada vez maior (industrialização, urbanização, revoluções científicas e técnicas etc.), desencadeados pelo modo de produção econômica característico do capitalismo, a exploração estaria chegando a um máximo e se tornando cada vez mais aparente. Marx afirma, fiel aos seus pressupostos, que os seus próprios estudos (os quais identificaram esta lei mestra do conflito dialético-material-econômico, que explicaria a alienação etc.) já

foram frutos do desenvolvimento material do modo de produção característico dessa época.

Assim sendo, o Marxismo acredita que está chegando o momento evolutivo no qual os explorados, que são a maioria, estão se conscientizando desta exploração, e que através de suas organizações (elas mesmas resultado dessa nova consciência social), imporão uma nova ordem, não mais baseada na propriedade privada dos bens de produção e, portanto, na exploração, mas sim na socialização destes bens de produção.

Este período de transição implicaria, segundo Marx, no uso da força, e num regime temporariamente ditatorial (a ditadura da classe operária). Outros autores, reformadores do pensamento marxista original, acreditam que esta transição pode, ou até mesmo deve, se dar dentro dos processos eleitorais típicos das democracias liberais. Mas isto não muda a essência desta filosofia, e por isso se definem ainda como marxistas, ou neomarxistas.

Mas o mais importante é que, feitas estas transformações e superada a exploração, as enormes diferenças de abrangência das consciências humanas desapareceriam quase que completamente. Todos os homens saudáveis se tornariam plenamente conscientes em termos sociais. Adviria daí uma era (a verdadeira

(p. 74)

“história” do homem, posto que ele agora pela primeira vez estaria consciente e senhor das leis que determinam a sua história) na qual reinaria uma grande igualdade econômica, bem como uma igualdade de abrangência na consciência social dos indivíduos. Os bens econômicos necessários seriam acessíveis de forma livre e comum a todos, daí o termo “comunismo”. Restariam apenas as diferenças de tipos psicológicos, temperamentos etc., mas não mais grandes diferenças de níveis de consciência social, uma vez que o fenômeno da alienação teria deixado de existir.

O Ser Humano no Marxismo

O homem no Marxismo, ao contrário do Liberalismo, não é visto como um ser basicamente egoísta. Ele é um ser que está em vias de superar para sempre a exploração (o egoísmo cruel), bem como a sua contrapartida que é a alienação. O homem é assim potencialmente bom, desde que as circunstâncias ou o meio ambiente social sejam bons, uma vez que a sua consciência é função do ambiente que a envolve. Por isto classificamos o Marxismo como uma perspectiva de certo modo otimista. Mas, em comum com o Liberalismo, esta filosofia também procede a um nivelamento da espécie humana. Não no que diz respeito à situação atual (onde a existência de diferenças seria resultado da exploração), mas sim em termos potenciais. Potencialmente todos são igualmente capazes, apenas o meio histórico-material (caracterizado pela exploração) é que ainda não permite que essa igualdade se expresse.

Forçando um pouco a comparação, apenas para auxiliar a compreensão, podemos dizer que o Liberalismo nivela a humanidade por baixo (“todo homem é lobo do homem”), e o ser humano, portanto, é visto sempre como basicamente dentro de um padrão egoístico. Enquanto que o Marxismo nivela a humanidade por cima, ao menos em termos potenciais, na medida em que acredita que tão logo se transforme o meio histórico-material todos os seres humanos verão suas consciências superarem a alienação, dentro de uma ampla e desimpedida consciência de cidadania.

A Ética Marxista

Não é necessário avançarmos mais neste exame dos fundamentos do Marxismo. Do mesmo modo que o Liberalismo, também o Marxismo é uma

(p. 75)

construção lógica, e dificilmente poderia não ser assim numa época de predomínio da lógica cientificista. E assim, seus métodos de ação, suas concepções éticas e de deveres, bem como seu modelo de organização social, derivam-se logicamente de suas premissas fundamentais.

Da mesma forma que no caso do Liberalismo, o Marxismo também deu origem a uma ética, a valores morais coerentes com sua filosofia materialista e igualitarista, bem como a uma estratégia de transformação social. Na verdade, ao menos no que diz respeito a alguns aspectos, trata-se de uma ética tanto ou mais cruel que a ética utilitarista e a excludência social que caracterizam o Liberalismo. Isto porque, sendo a consciência considerada como fruto do meio ambiente material, todas as maneiras de se alcançar um ambiente material livre da exploração de uma classe sobre a outra tendem a ser justificadas.

E a partir daí legitima-se a aplicação dos métodos mais violentos de transformação social. Os horrores gerados pelo regime soviético, e por outros países que adotaram um modelo marxista, são hoje conhecidos e dispensam maiores comentários, mas podem ser grosseiramente resumidos como uma ética do tipo “os fins justificam os meios”. Examinemos agora, ainda que brevemente, o modelo de organização política diretamente derivado desta filosofia, que é aquele relativo à chamada ditadura do proletariado.

As Falhas e as Virtudes do Modelo Marxista

O modelo tipicamente derivado do Marxismo é uma ordem totalitária muito pouco flexível que exclui da disputa política partidos e candidatos que não apoiem este modelo. Geralmente temos um quadro de partido único, ou pelo menos de um partido ampla e inflexivelmente dominante, como podemos observar ainda hoje, por exemplo, na China ou em Cuba.

Ali o sistema de representação, ou de escolha das chefias políticas, o qual como dissemos se dá geralmente dentro do partido único, não segue a norma das eleições de grandes massas como nas democracias liberais, porém ocorre através de um sistema do tipo piramidal, também conhecido como “árvore invertida”.

Neste sistema a representação ocorre escalonadamente em alguns níveis de amplitude crescente. Assim, a representação começa em pequena escala, com a eleição de representantes em uma “célula”, que é o primeiro nível de organização, o qual corresponde a um local de trabalho (uma fábrica, por exemplo), ou uma pequena circunscrição geográfica. A representação segue a partir daí,

(p. 76)

indiretamente, através de outros níveis de abrangência geográfica cada vez maior (seções, federações, ou denominações análogas), até chegar a um conselho superior da república, isto é, um Congresso Nacional, o qual por sua vez escolhe um Comitê Central, o qual designa um Secretariado e outras comissões que se fizerem necessárias às funções governamentais de maior responsabilidade política do Estado.

Analogamente à análise aplicada ao modelo liberal, vejamos como o modelo marxista responde às necessidades essenciais de um processo de escolha dos

dirigentes justo e competente que são: **1) liberdade, 2) igualdade de condições na disputa política e, 3) adequação entre níveis de responsabilidade e níveis de compreensão ou capacidades.** Em segundo lugar, vejamos se gera a força de coerção política necessária para uma atuação eficaz dos governantes.

Não é difícil perceber que a questão da liberdade, que é o ponto forte do modelo liberal, é o ponto mais crítico do modelo marxista, o qual em termos gerais também compromete totalmente o aspecto da igualdade de oportunidades.

Neste modelo aqueles que divergem substancialmente das idéias dominantes não podem sequer participar do processo político. Ficam automaticamente excluídos deste processo. Neste cenário, é claro, desaparece a igualdade de oportunidades, pelo menos em relação àqueles que se opõem às idéias e ao sistema dominante.

No que diz respeito ao aspecto da adequação entre nível de responsabilidade da função e nível de compreensão dos indivíduos, por paradoxal que isto soe à primeira vista (uma vez que se trata de um modelo derivado de uma filosofia que apregoa a igualdade de capacidades de todos os seres humanos, pelo menos em termos potenciais), este modelo se mostra claramente superior ao modelo liberal.

Isto porque o seu modelo de escolha dos dirigentes que, como vimos, é do tipo **piramidal (ou “árvore invertida”)**, garante, de um lado, uma maior igualdade de oportunidades, uma vez que as eleições se dão sempre em grupos muito menores do que no caso do sufrágio de massa, embora esta maior igualdade de oportunidades seja relativa, pois se dá apenas dentro do partido. De outro lado, este sistema permite uma grande adaptação entre função e capacidades, uma vez que as eleições para os sucessivos níveis de representação vão gradualmente aumentando tanto os níveis de responsabilidade quanto a qualificação da população envolvida, porém, o que é mais importante, sem nunca implicar em eleições de massa.

(p. 77)

E justamente por não se valer do sufrágio de massa, este modelo, finalmente, organiza muito melhor a população envolvida no processo político, graças exatamente a esta estrutura de representações escalonadas, onde dentro de cada um destes níveis existe uma proximidade muito maior entre os representantes e os representados. Deste modo, ele tende a gerar uma coesão social muito maior do que os sistemas de eleições diretas de massa, os quais, como vimos, devido à grande distância entre representantes e representados, enfraquecem muito a coesão da organização social.

Não obstante, uma vez que se trata de um sistema rígido e que não permite a liberdade de participação etc., ele acaba excluindo uma expressiva parcela da população e, deste modo, acaba gerando resistências e conflitos muito prejudiciais, além de uma inflexibilidade tão grande que acaba por minar a criatividade e, portanto, a vitalidade ou a dinamicidade de todo o sistema.

Seja lá como for, o fato é que este sistema, embora pagando um preço totalmente inaceitável quanto à liberdade e à igualdade de oportunidades, o que no longo prazo decreta o seu fracasso, consegue gerar uma maior adaptação entre funções e capacidades em comparação com o modelo liberal e, ao menos por algum tempo, devido à inexistência do sufrágio de massa, gera uma coesão social que garante aos dirigentes um grande poder de coerção, o que historicamente lhes permitiu implantar profundas transformações sócio-econômicas dentro dos países onde este modelo foi aplicado, transformações estas que seriam impossíveis dentro da ambiência de um modelo liberal. A China é exemplo disso.

Concluiremos nosso breve exame das limitações e dos pontos favoráveis do modelo marxista trazendo em corroboração à nossa análise duas passagens de Maurice Duverger, seguramente um dos maiores cientistas políticos deste século XX. Ao final da segunda citação Duverger deixa claro que também tem fortes reservas a este modelo como um todo, mas não deixa de reconhecer que possui méritos organizacionais, pois afirma que os marxistas:

“(...) desenvolveram uma estrutura ainda mais original, repousando em grupos bem pequenos (de empresa, bairro, etc.), fortemente reunidos pelos processos do “centralismo democrático”, e contudo fechados graças à técnica de ligações verticais: esse admirável sistema de enquadramento das massas tem contribuído ainda mais para o êxito do comunismo que a doutrina marxista ou o pobre nível de vida das classes operárias.” (**Os Partidos Políticos**, p. 40)

(p. 78)

“Podemos pensar muitas coisas do Partido Comunista: porém devemos reconhecer que os mecanismos forjados por ele são de notável eficácia, e que não lhes podemos recusar certo caráter democrático, por causa deste cuidado constante de manter o contato da base, de estar “à escuta das massas”. (...) A força do Partido Comunista é a de haver estruturado um método científico que permite alcançar esses resultados, com a dupla vantagem do método científico: maior exatidão; e possibilidade de emprego por todos após uma formação satisfatória. Ainda mais profundamente, o valor desse método vem do fato de que esta força não é puramente passiva, não se limita a registrar as reações das massas, mas permite agir sobre elas, canalizá-las suavemente, prudentemente, porém profundamente. Pode-se deplorar o emprego da ferramenta: deve-se admirar sua perfeição técnica.” (**Os Partidos Políticos**, p. 93)

(p. 79)

7 – OS PROBLEMAS MUNDIAIS E OS MODELOS POLÍTICOS DOMINANTES

Após termos examinado as correntes de pensamento dominantes nesta segunda metade do século XX, bem como as limitações das suas principais instituições, especialmente seus modelos de organização política, devemos agora examinar a ligação direta destes sistemas políticos com os problemas mundiais, ainda que isto já possa ter sido vislumbrado ao longo das análises apresentadas anteriormente.

Iniciemos, então, explicitando quais os principais problemas mundiais em nossa época, os quais por certo devem estar relacionados, ou mesmo em grande medida devem ter sido gerados por estas correntes e seus modelos, uma vez que elas dominaram o panorama das idéias neste século.

Dizemos “em grande medida” porque a bem da justiça não podemos ignorar que as alternativas que se apresentaram ao mundo, especialmente na primeira metade do século, isto é, o Nazismo e o Fascismo, constituem correntes e modelos ainda mais tragicamente equivocados do que os dois examinados e que hoje são hegemônicos. Do mesmo modo, os exemplos alternativos nos dias de hoje, embora de menor significância no contexto mundial, são ainda piores do que os examinados. Nos referimos, sobretudo, aos fundamentalismos religiosos, a exemplo do caso do Irã. Todos estes também contribuíram ou ainda contribuem para a miséria deste século e, portanto, não podemos atribuir todos os males do século ao Liberalismo e ao Marxismo. Na verdade, é certo que devemos sentir certa gratidão a estas duas correntes, pois foram elas que nos salvaram de uma tragédia muito maior, que seria um domínio mundial nazi-fascista.

Os Principais Problemas Mundiais

Feita esta ressalva, passemos à análise dos principais problemas mundiais

(p. 80)

que dizem respeito, de um lado, ao abismo de riqueza existente entre as nações, isto é, ao contraste entre os assim chamados países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e de outro, às agressões e desequilíbrios do meio ambiente natural, com os desastres ecológicos que podem daí resultar.

O subdesenvolvimento tem por trás de si a miséria, a violência e o abandono de milhões e milhões de seres humanos. Este é um quadro completamente inaceitável, o qual cedo ou tarde gerará uma indignação e uma revolta incontável, trazendo consigo o risco inclusive de guerras nucleares. E as crescentes formas de poluição e de destruição impostas ao meio ambiente natural apontam para desastres que já são cientificamente previsíveis em um horizonte não muito distante. Por que as diferenças entre a riqueza das nações aumentou tanto ao longo dos dois últimos séculos? O que é que está por detrás das crescentes agressões ao ambiente natural?

A “Modernização” Como Causa Imediata dos Problemas

A seguinte citação de Alberto Guerreiro Ramos, um dos poucos cientistas sociais brasileiros de renome internacional, aponta na direção de uma resposta para estas questões. Guerreiro Ramos, é importante salientar, teve seus direitos políticos cassados durante o autoritarismo militar e foi também criticado e marginalizado pela esquerda. Ele faleceu na década dos anos 80 (após lecionar na Universidade do Sul da Califórnia). Vejamos a citação:

“Os resultados atuais da modernização, tais como a insegurança psicológica, a degradação da qualidade da vida, a poluição, o desperdício à exaustão dos limitados recursos do planeta, e assim por diante, mal disfarçam o caráter enganador das sociedades contemporâneas. A autodefinição das sociedades industriais avançadas como portadoras da razão está sendo diariamente solapada. Esse clima de perplexidade pode viabilizar uma reformulação teórica de enorme magnitude.” (***A Nova Ciência das Organizações***, p. 22)

Ou seja, estes problemas são os resultados da chamada modernização. E o que está por detrás desta corrida insana entre as nações pela dita modernização? Ora, o próprio significado da palavra “modernização” alude, sobretudo, à

(p. 81)
capacidade de competir economicamente em termos internacionais. O que está por detrás da verdadeira compulsão pela modernização, portanto, é a desenfreada ou incontrolável competição entre as nações, numa espécie de guerra econômica de todos contra todos no cenário internacional. E por que é tão incontrolável (e, assim, tido como necessário) este processo, cujo único fim previsível são as catástrofes? Por que não existe força capaz de controlá-lo?

Por Que a “Modernização” Torna-se Necessária?

A resposta é simples e diz respeito ao fato de que, como vimos anteriormente, não existe no mundo de hoje força capaz de regular, de controlar ou de harmonizar a atuação das grandes organizações. E elas, por sua vez, não podem deixar de buscar sempre ganhos de produtividade (que significa a capacidade de produzir mais e melhor com a mesma quantidade de recursos, ou até com menos recursos), e outras melhorias deste tipo, isto é, de buscarem a modernização, o que significa uma maior competitividade econômica internacional.

A Competição Entre as Grandes Organizações

As grandes organizações estão obrigadas à dita modernização, ou seja, aos ganhos de produtividade etc., porque elas sabem que se deixarem de agir assim serão destruídas, na medida em que serão derrotadas na competição com as outras gigantescas organizações com as quais disputam. E como também vimos, são elas que têm como fantoches os governos, pelo menos dentro da debilidade e da imoralidade que são absolutamente inerentes ao modelo liberal. Elas arrastam, deste modo, irresistivelmente os países para esta guerra econômica.

Esta guerra tem inclusive forçado a criação de grandes blocos econômicos de países, pois as grandes organizações dos países pequenos e médios necessitam de uma dimensão de mercado que lhes possibilite ganhos de escala, a fim de que sejam capazes de competir de igual para igual com aquelas dos grandes países.

A Fraqueza do Modelo Liberal

Assim sendo, vemos que no mundo se estabelece esta espécie de corrida incontrolável pela modernização. O importante é compreendermos que, dentro do (p. 82)

cenário dos atuais modelos de organização política, nada nem ninguém possui a força suficiente para controlar ou impedir este processo. Isto porque, como vimos, estes modelos, quer liberais ou marxistas, não garantem ao mesmo tempo liberdade, oportunidades iguais e adequação entre funções e capacidades, nos processos de seleção dos governantes. E, assim sendo, não promovem uma boa seleção dos governantes.

Isto ocorre, sobretudo, em relação aos dirigentes do Estado, pois nas grandes empresas a busca pela competitividade impõe que se atenda à regra da adequação entre funções e capacidades, pelo menos em termos técnicos (pois em termos ético-morais a seleção das empresas também é questionável). Isto as torna ainda mais poderosas em relação aos governos estatais, porque seus dirigentes são freqüentemente mais capazes, pelo menos tecnicamente, do que os dirigentes políticos das nações. Um verdadeiro absurdo, porém real.

A esta inerente e inescapável incompetência dos governantes, soma-se no caso do modelo liberal a fraqueza ou debilidade de uma organização social frouxa, fragmentada. Neste modelo, como vimos, os governantes não raro são fantoches que têm suas caríssimas campanhas eleitorais financiadas pelas grandes organizações. Isto, é claro, é um dos principais mecanismos geradores da imensa corrupção que é absolutamente inerente às democracias liberais. E a corrupção em grande escala resulta em uma deformação de todo o processo de desenvolvimento, pois as grandes decisões políticas, econômicas etc., acabam sendo viciadas e desviadas por causa dos interesses privatistas de indivíduos e grupos que as influenciam.

Nas vezes em que isto aparenta não ocorrer, e chega ao governo algum tipo de demagogo-populista, que é a única outra possibilidade dentro de regras políticas tão incompetentes quanto corruptoras, então este governo demagógico-populista, mesmo que pretendesse tomar medidas realmente saneadoras, seria totalmente impotente ante a força avassaladora das grandes corporações (públicas e privadas). A história recente apresenta claros exemplos deste tipo, a começar pelo Brasil, com suas cíclicas rupturas constitucionais e seus golpes militares.

A Incompetência do Modelo Marxista

Os países que adotaram o modelo marxista, a exemplo da ex-União Soviética, também não evitaram o destino de serem tragados pela força desta (p. 83)

guerra pela competitividade imposta pelos países mais industrializados organizados de forma democrático-liberal. Esta derrota, no entanto, deve-se menos aos méritos destes últimos, e muito mais ao colapso interno gerado pela rigidez e pela excludência da falta de liberdade, a qual afronta a dignidade e embota a criatividade, somente podendo resultar, portanto, numa insatisfação e numa ineficiência generalizadas.

É importante que se perceba que este processo, que como vimos é incontrolável dentro do quadro dos atuais modelos, é o responsável tanto pelas crescentes agressões ao ambiente natural, quanto pelo quadro de excludência econômica e social do subdesenvolvimento. Examinemos um pouco mais detalhadamente como isto se dá, tomando para análise exemplos concretos.

O Exemplo da Destruição da Floresta Amazônica

Consideremos o caso da crescente destruição da floresta Amazônica, um dos maiores crimes ecológicos contra a natureza e contra a humanidade, e também o caso da miséria em que se encontram, pelo mínimo, cerca de trinta milhões de brasileiros, isto é, examinemos o caso do subdesenvolvimento brasileiro. Estes exemplos, é claro, por analogia servirão para explicar o caso de outras graves agressões ecológicas, bem como a miséria, até mesmo bem maior que a do Brasil, que avilta tantas outras nações.

Quais os agentes imediatos da destruição da floresta Amazônica? Uma combinação da miséria de muitos imigrantes que afluem para aquela região em busca de empregos ou de um pedaço de terra que lhes permita sobreviver, com a busca pela riqueza por parte de indivíduos e empresas que se deslocam para aquelas terras para explorar a madeira, criar gado, plantar, explorar minérios, e assim por diante. O motivo de muitos é a sobrevivência, que estava ameaçada pela miséria e falta de empregos em suas regiões de origem, e de outros são as oportunidades de lucros maiores do que obteriam em suas regiões de origem. Estes são os agentes diretos da exploração mal planejada, que resulta na destruição talvez irreparável de espécies animais e vegetais, que compõem aquele ambiente natural cuja riqueza e importância ecológica não têm par no planeta.

E por que este processo destrutivo tão grave não é impedido em seus aspectos criminosos? Por que não é ordenado e controlado de forma científica e planejada quanto à exploração possível e devida da floresta, dentro de um critério de desenvolvimento sustentável? Obviamente, por causa da incompetência e da impotência dos

(p. 84)

governantes, cuja causa, conforme já mostramos antes, é a incompetência e a desonestidade inerente ao processo eleitoral de escolha dos governantes, acrescida da organização frouxa (e, portanto, que não gera suficiente força política ou de coerção), que caracterizam as principais instituições do sistema político liberal.

Se poderia argumentar que tivemos longos períodos intercalados de autoritarismo militar. Mas o que prova isto? Apenas, de um lado, reforça o argumento exposto da enorme fraqueza e da incompetência do modelo liberal, e de outro, que os comandantes militares em questão, certamente também influenciados pelas idéias dominantes, não honraram suas corporações, suas missões, nem seus juramentos de proteger e zelar pelos interesses maiores da nação. De qualquer modo, as ditaduras militares não são modelos que dominem o pensamento das elites, nem sequer das elites militares, e quando inevitavelmente ocorrem, sobretudo nos países pobres, ocorrem muito mais pela incompetência e crise das instituições liberais (ou mesmo marxistas), e não por se constituírem modelos acabados e duradouros. Prova disto é que acabam sempre refluindo para os modelos dominantes. Os quais novamente se mostram incompetentes, geram crises etc., e dão espaço para novos golpes ditatoriais.

O exemplo concreto em questão, da destruição da floresta Amazônica, portanto, está clara e diretamente ligado à incompetência e à fraqueza dos governantes, que é característica central das democracias liberais. E que dizer então da miséria, da corrupção e da violência que caracterizam o subdesenvolvimento brasileiro? A sua perpetuação, isto é, a incapacidade da nação superar este quadro trágico, ano após ano, década após década, também está, é claro, diretamente ligada à incompetência e à debilidade dos governantes gerada pelo modelo liberal, conforme

vimos anteriormente ao analisarmos os efeitos desvirtuadores e nocivos da influência das grandes organizações sobre o processo de desenvolvimento. No caso brasileiro fica patente a relação deste quadro com o modelo liberal, até mesmo porque neste país ainda não tivemos a aplicação de um modelo marxista de organização.

As Origens do Subdesenvolvimento

Mas, a questão de como se gerou inicialmente esta miséria exige uma análise mais ampla, sobretudo porque há países que aplicam o modelo liberal e que são ricos, e onde a miséria absoluta foi praticamente abolida, ou existe em uma dimensão muitíssimo menor do que nos países pobres. E, assim sendo, estes

(p. 85)

países são freqüentemente apresentados como modelos a serem copiados. Em outras palavras, a questão que se impõe aos subdesenvolvidos, e que poucos parecem compreender claramente é: se este modelo deu certo lá, por que não consegue dar certo aqui?

Ou seja, por que estes países ricos venceram no passado e continuam vencendo no presente a corrida pela modernização, isto é, pela produtividade e pela qualidade de suas economias, e não raro até mesmo aumentando a vantagem relativa que os separa dos países pobres?

A resposta para a questão do início destas grandes diferenças de riquezas entre os países está, evidentemente, ligada ao período de exploração colonialista. Com o advento das grandes navegações e, sobretudo, com o advento da revolução industrial alguns países passaram a exercer pela força um domínio econômico e de outros tipos sobre outros países ou regiões do planeta. Estas nações estabeleceram “colônias”, as quais serviram tanto como fontes de matérias primas baratas, quanto como mercados consumidores cativos para a crescente industrialização das metrópoles.

Aqui no Brasil, por exemplo, havia leis durante o período colonial que proibiam o estabelecimento de qualquer tipo de indústria, coisa que só mudou a partir do momento em que a família real, expulsa de Portugal pelos exércitos de Napoleão, veio estabelecer-se por algum tempo no Brasil. A razão da existência destas leis visava, é claro, garantir que o Brasil permanecesse apenas como um mercado consumidor de produtos manufaturados pela metrópole, ou pelo menos comercializados através dela.

A Industrialização e a Geração do Valor Agregado

Por que isto é tão importante? Precisamos perceber claramente que, a menos que um país possua excepcionais riquezas naturais (por exemplo, os países que possuem muito petróleo em seu território, ou uma população pequena em relação a uma dimensão territorial muito grande), não existe outra maneira de alcançar-se o patamar de riqueza atingido pelas nações mais ricas do planeta senão através de um intensivo processo de industrialização. Isto porque, a cada vez que uma matéria prima passa por um processo de transformação industrial de qualquer tipo, é agregado a ela um valor adicional que inclui o ganho com o lucro obtido neste processo de transformação. Em economia dá-se o nome de “valor agregado” a esse diferencial obtido em cada momento do processo

(p. 86)

produtivo. A industrialização permite, portanto, a geração de uma estrutura econômica muito mais complexa, com mais etapas de transformação no processo produtivo, sendo que a cada uma destas etapas mais valor é adicionado.

Esta maior complexificação industrial gera vários efeitos positivos quanto à geração de maiores riquezas. Por exemplo, gera uma taxa de ocupação maior da força de trabalho; gera uma complementação inter-industrial que permite processos produtivos com um número cada vez maior de etapas de transformação; gera a necessidade da complementação de uma gama muito ampla de serviços de todo o tipo; e esta complementação entre os setores da agricultura e da exploração de outras matérias primas, da indústria e dos serviços e comércio gera ganhos de produtividade impressionantes, sobretudo, através da crescente mecanização dos processos produtivos de todo tipo.

Tudo isto aconteceu primeiro em algumas nações e graças, principalmente, às vantagens obtidas sobre as outras, a ferro e a fogo, através da dominação colonialista. Quando este processo já estava bastante avançado, então o discurso dominante passou a ser diferente, e chegamos, após duas grandes guerras mundiais (que, no fundo, foram guerras entre nações ricas pela disputa de espaços coloniais ou neocoloniais), a este período de globalização econômica caracterizado pela “livre” competição internacional.

A Relativa e Conveniente Liberdade Econômica

Esta ampla e “livre” globalização econômica, ou seja, esta guerra com as armas da “modernização” (produtividade etc.) se caracteriza por alguns aspectos ilusivos e muito perversos. Primeiro, a dita “liberdade” vale apenas para alguns fatores econômicos, isto é, vale de um modo geral para os produtos primários, produtos industrializados, inclusive máquinas, e para os serviços. Mas, não vale para o fator trabalho. Este fator econômico não goza da liberdade de deslocar-se à vontade. Isto, evidentemente, visa garantir que as vantagens obtidas por alguns, não sejam ameaçadas por movimentos migratórios em busca de melhores salários, oportunidades de emprego etc. A liberdade da “modernização”, portanto, é mais interessantemente “moderna” para alguns do que para outros.

Em segundo lugar, esta liberdade seletiva (que existe apenas para determinados fatores econômicos) inerente à globalização e à modernização, é um processo do tipo “raposa dentro do galinheiro”. Vejamos se não é bem o caso. Como vimos, trata-se de uma luta por produtividade etc., entre competidores que

(p. 87)

não partiram em condições de igualdade, uma vez que não podemos ignorar o período anterior a este, de séculos de exploração colonialista. Hoje, portanto, a competição se estabelece entre forças muito desiguais e num jogo de guerra como este, no qual o que pode mais sofrer menos, esta liberdade seletiva apenas tende a manter as diferenças iniciais, e muitas vezes até mesmo a acentuá-las, o que caracteriza claramente um processo no qual os mais fracos não têm chance alguma de vitória. Vemos, portanto, que esta liberdade é como a liberdade da raposa dentro do galinheiro, muito interessante apenas para um dos lados.

A Finitude dos Recursos Naturais

Até mesmo do ponto de vista meramente relacionado ao consumo das principais matérias primas é possível perceber que os mais pobres jamais poderão

alcançar, dentro das atuais regras do jogo, o padrão de riqueza alcançado pelos mais ricos. Apenas para citar um exemplo conhecido, examinemos uma projeção para a população mundial do nível de consumo per capita de petróleo, que ainda hoje é um gerador de energia indispensável.

Se levarmos em conta o consumo médio per capita dos EUA, do Canadá, ou mesmo da Alemanha e do Japão, que são exemplos de países ricos, que aconteceria? Esta questão não é nem um pouco absurda, uma vez que se imaginamos que os países pobres devem imitar o exemplo dos países ricos, então estes também desenvolverão um padrão de consumo e uma matriz energética bastante parecidos. Neste caso, aconteceria que todas as reservas conhecidas de petróleo seriam consumidas em pouco mais de seis anos, segundo os dados da “*British Petroleum*” (**BP – Statistical Review of World Energy**, 06/85 e 06/87).

Examinemos um pouco estes dados. As reservas mundiais de petróleo seriam de 95.200 milhões de TEP’s (toneladas equivalentes de petróleo). A população dos EUA é de cerca de 250 milhões e seu consumo em 1986 foi de cerca de 750 milhões de TEP’s. Enquanto sua população é vinte vezes menor do que a população mundial, seu consumo de petróleo é apenas quatro vezes menor que o consumo mundial, que em 1986 era de cerca de 3.000 milhões de TEP’s. Portanto, se projetamos seu consumo per capita (750 dividido por 250 = 3), pela população mundial que é de 5.000 milhões (cinco bilhões) de pessoas, teremos um consumo mundial cinco vezes maior, ou seja, de 15.000 milhões de TEP’s. Ora, dividindo as reservas mundiais pelo que seria o consumo mundial (95.200 por 15.000 = 6,3) vemos que em pouco mais de seis anos teríamos esgotado as reservas mundiais.

(p. 88)

Assim sendo, mesmo que estes dados possam ser discutidos, e que as reservas a serem descobertas dobrassem, isto nos daria um horizonte de apenas doze anos, o que não mudaria muito o panorama que queremos demonstrar. Ou seja, que obviamente não é possível que todos os países pobres reproduzam o padrão de desenvolvimento e riqueza dos países ricos. Isto é uma impossibilidade material, pura e simplesmente. Deste modo, mesmo por este ângulo, podemos ver que a liberdade e a modernização que “deu certo” para os países ricos não tem a menor chance de dar igualmente “certo” para os países pobres nos quais, é sempre bom lembrar, vivem duas terças partes da população mundial. A maioria, no entanto, parece não ter conhecimento destes duros fatos da realidade mundial.

“Dar Certo” Por Meio da Exploração

Portanto, estes países que são exemplos de lugares onde o modelo liberal “deu certo”, estabeleceram uma prosperidade que só se tornou possível à custa da miséria de grande parte da população mundial, e continuam “dando certo” à custa de formas neocolonialistas de exploração, que lhes garantem uma vitória na guerra ou, como dissemos, na “corrida maluca” da modernização, que garante a manutenção deste estado de coisas tão injusto.

Muitas pessoas, em vista destas condições gerais, afirmam que o Brasil é um país que ainda pode “dar certo” ou um país de futuro. Isto porque devido aos seus recursos naturais, às suas dimensões territoriais etc., o Brasil poderia ser uma espécie de último vagão no trem dos países que se beneficiam da exploração dos demais. Mesmo que isto fosse verdade, deveríamos chamar a isto de “dar certo”? Isto é, estabelecermos um belo nível de vida à custa da miséria da Bolívia, do Paraguai etc.? Podemos chamar a isto “dar certo” se quisermos, mas não podemos deixar de

reconhecer que do ponto de vista do bem-estar da humanidade como um todo, este é um modelo fracassado, que implica na impossibilidade de uma solução global para o problema do subdesenvolvimento e, portanto, implica em uma imoralidade imensa.

Estando claro, deste modo, como se deu a origem do enorme diferencial de riqueza entre as nações, e como este quadro de exclusão e injustiça se perpetua, podemos agora perceber que, especialmente no que diz respeito às possibilidades de superação da miséria dos países pobres (dentro de um cenário como este, cuja realidade apenas os inocentes ou os espertos podem ignorar, ou pretender ignorar)

(p. 89)

fica ainda mais evidente o fracasso do modelo liberal.

Um modelo de organização sócio-política como o liberal que, como vimos, se caracteriza por um péssimo processo de escolha dos governantes e pela fraqueza e pequena capacidade de coerção (ou força política) destes dirigentes, significa na melhor das hipóteses a manutenção do atual estado de coisas. Em vista disso, não é de surpreender que os países ricos o considerem tão interessante.

A Necessidade de Um Novo Modelo Político

Os países pobres, no entanto, têm como sua única esperança o advento de novas instituições, sobretudo de um novo modelo político que garanta a seleção de governantes moralmente confiáveis e tecnicamente competentes, bem como que garanta a estes governantes uma grande capacidade de coerção, a fim de que possam controlar, disciplinar e harmonizar em prol do bem-estar coletivo o poder das gigantescas organizações, capacidade esta que só poder advir de forma natural e benigna através de uma boa organização de toda a população.

8 – A DEMOCRACIA DO FUTURO

Requisitos Para Um Modelo Alternativo Competente

Tendo deixado claro o fracasso dos modelos dominantes e porque eles não poderão assegurar jamais, especialmente em relação aos países pobres do mundo, uma ordem social justa e competente, que possa significar a superação do quadro de exclusão e miséria de tantos milhões que assistimos em nossos dias, chegamos agora ao momento em que devemos apontar pelo menos algumas diretrizes gerais a respeito de como seria um modelo político alternativo, que tivesse pelo menos a chance de alterar substancialmente este panorama.

Já vimos anteriormente que a premissa, isto é, a visão de humanidade por detrás deste modelo deve ser aquela que nos mostra a humanidade como uma fraternidade, o que implica no reconhecimento da unidade essencial dos seres humanos, bem como das suas grandes diferenças de capacidades. Quais, então, seriam as características principais de um novo modelo de organização política, que atendessem às necessidades antes expostas para um processo justo e competente de seleção dos governantes, bem como à necessidade de dotar estes governantes do suficiente poder de coerção?

Como vimos anteriormente, os requisitos essenciais que devem existir simultaneamente para um competente processo de escolha dos dirigentes são: 1) liberdade; 2) igualdade de oportunidades ou de condições nas disputas políticas; e 3) uma boa adequação entre a responsabilidade ou o grau de dificuldade das funções e as características da consciência social (ou dos níveis de capacidade) da população. Já no que diz respeito à geração do necessário poder de coerção pelo sistema, de modo que os governantes possam disciplinar a atuação das grandes organizações, o requisito necessário é que o modelo político promova uma organização coesa de toda a população.

Em vista, sobretudo, das características dos diferentes níveis de

consciência da população e da simultânea necessidade de que a liberdade de escolha seja preservada, bem como garantida uma igualdade de oportunidades na disputa política, a primeira conclusão é a da total inviabilidade de eleições diretas envolvendo grandes populações.

Representação em Cascata: a Democracia do Futuro

À primeira vista nos encontramos em um beco sem saída. Mas, na realidade, um pouco mais de reflexão nos mostra que há uma solução consistente para este aparente paradoxo. Trata-se de um modelo que contemple eleições muito menos diretas, e que garanta que estas eleições nunca impliquem em processos de escolha envolvendo diretamente grandes massas, muito embora preservando a liberdade e uma rigorosa proporcionalidade entre as várias pequenas circunscrições eleitorais.

Deste modo, este sistema teria como base circunscrições eleitorais bastante pequenas, a exemplo de vilas, vizinhanças, pequenos bairros ou municipalidades bem pequenas, de preferência jamais ultrapassando uma dimensão bastante humana, na qual o conhecimento pessoal entre os indivíduos não fosse uma coisa impossível ou mesmo extremamente difícil. A que número de pessoas estaríamos aproximadamente nos referindo? Este número poder variar significativamente em se tratando de áreas rurais ou urbanas, uma vez que nas áreas urbanas de grande concentração populacional as distâncias físicas entre um número expressivo de pessoas são bastante pequenas, com grandes edifícios etc., e nestas condições de comunicação

interpessoal muito mais facilitada, o número da população desta primeira circunscrição político-eleitoral poderia ser significativamente maior do que em áreas de grande dispersão populacional, onde as pessoas tenham dificuldades muito maiores de estabelecerem contatos face a face.

Estas diferenças de número de pessoas neste primeiro nível eleitoral não têm importância alguma, uma vez que sempre se manterá uma rigorosa proporcionalidade entre representantes e representados. Se, apenas por hipótese, o coeficiente for de 50 para 1 neste primeiro nível, então, se numa circunscrição houver 1.000 eleitores, haveria 20 representantes do primeiro nível. Se outra circunscrição básica contar com apenas 200 eleitores, ela elegerá apenas quatro representantes do primeiro nível, e assim por diante. A rigorosa proporcionalidade sendo um óbvio requisito para a igualdade de oportunidades.

(p. 92)

O modelo de representações sucessivas se estreitaria gradualmente como uma pirâmide, através do nível dos Distritos, das Micro-regiões, dos Estados (ou Províncias), e daí para o Congresso Nacional, o qual escolheria um gabinete com um chefe executivo, tal como um primeiro-ministro em um sistema parlamentarista. Convém notar, no entanto, que este sistema assemelha-se ao sistema parlamentarista convencional apenas no topo da pirâmide, sendo todo o processo de escolha e seleção completamente diferente dos sufrágios de massa até chegar ao nível do Congresso Nacional.

Se levarmos em conta as enormes vantagens deste sistema em relação aos atuais torna-se quase inacreditável que um sistema assim não tenha sido experimentado seriamente em nenhum lugar, ao menos que tenhamos conhecimento. Examinemos um pouco estas vantagens, em comparação com os atuais sistemas dominantes: a democracia liberal e o totalitarismo marxista.

A Liberdade é Garantida

Em relação ao totalitarismo marxista a sua grande vantagem é que a liberdade é absolutamente preservada neste sistema, enquanto que nas chamadas ditaduras do proletariado a liberdade é sacrificada. Neste contexto, é claro, só existe igualdade de oportunidades para os membros do partido, se tanto. Ou seja, não existe igualdade de oportunidades no totalitarismo marxista, enquanto que neste sistema proposto ela existe, e é quase tão grande quanto é possível humanamente imaginar-se.

Quanto aos outros aspectos esta democracia do futuro, conforme nos referimos no título, não perde em nada para o totalitarismo marxista, o qual tem na adequação entre funções e capacidades e na organização coesa de toda a população os seus pontos fortes. Ora, estes pontos são igualmente fortes nessa democracia do futuro, uma vez que ela é muito parecida nestes particulares aspectos, sendo, na realidade, ainda superior ao totalitarismo marxista, pois este exclui do processo de escolha muitas pessoas inteligentes e capazes, apenas porque elas não pertencem ao partido comunista, ou assemelhados.

Um Processo com Igualdade de Oportunidades

Que dizer então da comparação com o sistema hoje hegemônico no mundo que é a democracia liberal? A liberdade que é o ponto forte das

(p. 93)

democracias liberais também é plenamente preservada nesta democracia do futuro. Sob alguns aspectos, de fato, há até mesmo mais liberdade nesta do que nas democracias liberais, porque nestas últimas por vezes o voto é obrigatório, enquanto na primeira é livre; nas últimas geralmente os candidatos devem estar filiados a algum partido, na primeira os candidatos podem ou não, dependendo de suas livres escolhas, estarem filiados a algum partido; nas últimas para ser candidato quase

sempre a pessoa depende da escolha dos partidos, mas nesta democracia do futuro a decisão depende apenas de sua livre escolha. Vemos, assim, que mesmo sob este aspecto que é o forte das democracias liberais, este novo modelo de democracia não lhe fica devendo nada, e talvez até mesmo tenha algumas vantagens.

Quanto a todos os outros aspectos esta democracia do futuro é muito superior às democracias liberais. Ela garante uma imensa igualdade de oportunidades nos processos eleitorais, enquanto que nas democracias liberais apenas os privilegiados materialmente, os comunicadores de massa e os demagogos é que têm chance de serem eleitos para os cargos de maior responsabilidade.

A Harmonia entre Funções e Capacidades

Quanto à adequação entre funções e capacidades quase não há necessidade de comentários, tamanhas são as vantagens do modelo sugerido em relação aos sufrágios de massa das democracias liberais. Nesta democracia do futuro há uma gradual qualificação dos eleitores, que foram os eleitos no nível imediatamente inferior. É quase ridícula a comparação, mas qual seria o percentual dos que elegeriam os representantes para o Congresso Nacional neste novo modelo que não saberiam sequer dizer o que é uma Assembléia Constituinte? Certamente este percentual seria zero, ou seja, nenhum dos representantes deste nível desconheceria uma questão tão elementar! Comparemos isto com os 70,5 % que no Rio Grande do Sul não sabiam responder a esta questão tão elementar, mas que constituíram o próprio eleitorado que escolheu os constituintes em 1986! Haveria necessidade de outras comparações? Haveria alguma dúvida de que nesta democracia do futuro teríamos um Congresso Nacional extraordinariamente mais qualificado?

A Geração do Poder Necessário

Finalmente, também quanto à capacidade de gerar o suficiente poder de
(p. 94)
coerção nas mãos dos dirigentes o modelo aqui defendido é muitíssimo superior às democracias liberais. No modelo proposto a população está toda ela muito bem organizada, não de forma frouxa e atomizada como nas democracias liberais. É quase impossível reprimir-se violentamente um sistema como este. Se, por hipótese, uma força militar impedisse o funcionamento do Congresso Nacional, ainda assim todo o resto da população continuaria politicamente organizada, em uma cascata de pequenas assembléias, na maioria dos casos tão pequenas que poderiam se reunir em uma ampla sala de estar. Como reprimir uma organização assim? É algo quase impossível.

Tudo isto sem mencionar o fato evidente de que talvez a maior força política nesta democracia do futuro seja a grande e incomparavelmente maior qualificação (em relação à democracia liberal) dos seus dirigentes mais elevados, o que lhes garantiria, apenas por este aspecto, enorme apoio popular. Que diferença dos exemplos recentes da política brasileira, onde vemos casos e mais casos de corrupção, de incompetência, e assim por diante.

Necessita-se de Um Exemplo para as Nações

O país que conseguir em primeiro lugar adotar o modelo de organização política desta democracia do futuro, na qual existe, de fato, uma real chance para que a necessária sabedoria chegue até os cargos de maior poder e responsabilidade, estará, deste modo, servindo aos mais elevados interesses do seu próprio povo, e estará também dando um exemplo que certamente ajudará e inspirará outros povos.

Em vista das análises anteriores, parece desnecessário compararmos ainda mais este modelo com os atualmente dominantes no mundo inteiro. Ele parece sob

todos os aspectos muito mais eficaz do que os atuais, tanto em termos de competência do processo de escolha dos dirigentes, quanto em termos de gerar um poder de coerção muito maior nas mãos dos dirigentes, de modo que eles possam disciplinar a atuação das gigantescas organizações de caráter privatista, pois este novo modelo organiza de forma muito mais coesa toda a população de qualquer sociedade.

Tanto a diferença na qualificação dos governantes, quanto na coesão organizacional, mudariam substancialmente o quadro caótico e perpetuador de injustiças de todo o tipo que hoje temos. E isto é de importância difícil de exagerar, sobretudo para as nações pobres, que hoje não têm esperança alguma, dentro dos atuais modelos, quer liberais, quer marxistas, de superarem o círculo vicioso da miséria e do subdesenvolvimento.

O Humanitarismo como Instrumento de Transformação

À luz da compreensão de todos os aspectos que foram expostos – acerca da realidade ideacional do mundo e, conseqüentemente, da realidade político-econômica dela derivada – podemos agora perceber claramente o imenso valor teórico e prático dos princípios fundamentais do Humanitarismo.

A Sociedade Humanitarista é uma organização que tem como objetivo difundir estes princípios e se constitui em um exemplo prático de aplicação dos princípios do Humanitarismo. Deste modo, ela oferece um exemplo concreto do modelo de estrutura organizacional que pode tornar possível as soluções para os grandes problemas do mundo. Este aspecto de oferecer um exemplo concreto é absolutamente necessário ao Humanitarismo enquanto movimento de transformação social, até mesmo porque pregar sem viver aquilo que se professa não é mais do que uma farsa.

Tão somente a constituição de uma organização com estas características é que, de um lado, assegura para a Sociedade Humanitarista o direito moral de pregar as soluções para os grandes problemas do mundo e, de outro, pode algum dia gerar a força necessária para a realização desta gigantesca tarefa, em face dos tremendos obstáculos e antagonismos de toda ordem a serem enfrentados. Por estas razões parece oportuno concluirmos este texto com um capítulo a respeito do Humanitarismo e do projeto da Sociedade Humanitarista.

(p. 96)

9 – A SOCIEDADE HUMANITARISTA E A IMPORTÂNCIA DA COOPERAÇÃO E BIBLIOGRAFIA

*“De cada um segundo suas capacidades,
a cada um segundo suas necessidades.”*

A Responsabilidade da Cooperação

Em vista da seriedade e da brutalidade da atual situação mundial, muito especialmente a situação dos países pobres (ditos subdesenvolvidos), é muito evidente a responsabilidade de toda e qualquer pessoa capaz de alguma ação inegoísta no sentido de fazer aquilo que estiver ao seu alcance, por pouco que seja, visando cooperar com atividades que promovam melhoramentos eficazes das condições miseráveis nas quais padecem tantos e tantos seres humanos.

O Humanitarismo, enquanto doutrina sócio-política, afirma de forma categórica a existência de capacidades suficientes dentro da família humana para superar esta atual situação de miséria e desespero. A própria palavra – humanitarismo – procura aludir a esta presença de forças beneficentes em quantidade suficiente dentro da

humanidade. Ela é uma afirmação vigorosa a respeito da existência destas forças benignas dentro da humanidade. Mas não é uma afirmação ingênua ou romântica, que desconhece o fato de que a maioria dos seres humanos ainda é preponderantemente egoísta. Já enquanto um movimento, o Humanitarismo é uma tentativa prática de demonstrar a viabilidade da superação da situação atual, bem como de auxiliar substancialmente nesta tarefa.

Embora afirme que a responsabilidade pela situação atual seja dividida por todos os seres humanos, o Humanitarismo também afirma o fato de que esta responsabilidade não toca a todos com igual peso (em vista da diversidade de capacidades entre os indivíduos). Ela é muito maior no caso das pessoas que se

(p. 97)

encontram em condições mais favoráveis e no caso das pessoas que possuem maior capacidade de compreensão. Estas pessoas de maior capacitação somente encontrarão paz e felicidade em suas vidas na medida em que responderem apropriadamente a esta responsabilidade.

A Necessidade da Cooperação

Neste sentido, há um fato decisivo que deve ser ponderado e refletido com muito vagar. Este fato é a necessidade de uma ação cooperativa entre muitas e muitas pessoas, todas trabalhando em prol deste objetivo de superação das reais causas geradoras da situação atual. Como mostramos, o domínio das gigantescas organizações é uma característica central do mundo de nossos dias, para o bem e para o mal. E somente a união ou a cooperação inteligente de um número maior ainda de pessoas é que poderá, algum dia, fazer frente ao poder, hoje sem rival, das grandes organizações.

É necessário que se compreenda que organizações que se dediquem a problemas específicos jamais serão suficientes. Na verdade, ao fragmentarem as forças que deveriam necessariamente estar unidas, estas organizações tornam-se parte do problema que elas mesmas procuram resolver. Isto porque elas dividem e assim enfraquecem os recursos e as energias escassas, os quais apenas estando unidos podem gerar o poder suficiente para uma transformação realmente eficaz.

O Efeito Nocivo das Organizações Parciais

Os vários problemas específicos a que estas organizações fragmentárias se dedicam somente poderão ter solução efetiva quando um grande número de pessoas reconhecerem a necessidade de uma solução global e, portanto, se reúnam em uma organização que englobe e contemple como um todo a solução destes vários problemas específicos (a exemplo das causas da superação da miséria e da fome, da igual dignidade das mulheres, dos direitos dos povos indígenas e de todas as minorias étnicas e de outros tipos, da conservação do ambiente natural, da proteção aos animais etc.).

Do contrário, ao promoverem a fragmentação, estas organizações isoladas alimentam a própria causa dos males que elas procuram combater. Transformam-se em causas combatendo os seus próprios efeitos, numa espécie de círculo vicioso que não poderá jamais alcançar os objetivos visados. Isto

(p. 98)

porque, conforme apontamos, a falta de uma força ou poder que possa fazer frente às grandes organizações é uma das causas principais de todos os males específicos da situação mundial atual.

A Necessidade de Um Exemplo Prático

Além desta necessidade de que seja formada uma grande organização de caráter global, existe também a necessidade de que esta organização exemplifique praticamente uma solução para a outra causa principal dos problemas atuais que, como vimos, é a inexistência de um bom processo de seleção dos dirigentes. Uma organização forte mas mal dirigida também se converterá em uma causa a combater os seus próprios efeitos. Estes dois aspectos em conjunto são condições necessárias para a superação do quadro atual.

A Sociedade Humanitarista foi criada para ser uma organização com estas características. De um lado, é uma organização de caráter global e, de outro, ela corporifica na prática um competente e justo processo de escolha de seus dirigentes. Ela visa oferecer, portanto, não um mero paliativo, mas uma solução real, que combata as verdadeiras causas dos vários problemas específicos.

A Sociedade Humanitarista nasceu para ser uma organização internacional, embora seu primeiro ramo tenha surgido no Brasil (a SHB – Sociedade Humanitarista no Brasil). A SHB foi fundada em 20 de julho de 1986, na cidade de Porto Alegre, como uma sociedade civil sem fins lucrativos. Tem seu Estatuto registrado nesta mesma capital, o qual, como dissemos, exemplifica concretamente o novo processo de seleção dos dirigentes que o Humanitarismo propõe.

Difusão de Novos Valores e Idéias

Suas linhas básicas de atuação desenvolvem-se ao redor de três eixos ou colunas principais. O primeiro é o da Cultura, entendida no sentido da criação de oportunidades para o desenvolvimento das capacidades humanas, tanto em termos técnicos, quanto (e principalmente) em termos da transmissão de valores éticos derivados dos princípios do Humanitarismo. Esta primeira linha implicará em reuniões, livros, cursos, palestras etc. Estes deverão ser adaptados aos diferentes níveis de capacitação pessoal, sem comprometimento das verdades fundamentais expostas pelo Humanitarismo, do mesmo modo que o ensino das quatro operações não compromete a verdade da álgebra ou do cálculo superior.

(p. 99)

A Política Como Instrumento de Transformação

O segundo eixo é o da Organização Política no sentido restrito da formação de um movimento político humanitarista, o qual poderá implicar inclusive na futura formação de um partido político. Nos primeiros tempos este movimento servirá mais para divulgar amplamente as idéias do Humanitarismo, do que como uma alternativa real de transformação social. Mesmo assim sua importância não é pequena, pois há poucos instrumentos mais eficazes para a difusão de idéias do que um partido político.

A Economia Como Instrumento de Transformação

O terceiro eixo é o das Atividades Econômicas Visando (a prática efetiva do) Auxílio Mútuo. Concretamente, objetiva-se a criação de vários empreendimentos e organizações econômicas, todas pertencentes ou ligadas à Sociedade Humanitarista. Estas empresas deverão por em prática nas relações de trabalho os princípios do Humanitarismo, criando oportunidades para que muitos possam ganhar a vida retamente, ao mesmo tempo em que auxiliam a promoção de uma causa da maior importância. Estas atividades serão geradoras de bem-estar tanto para os trabalhadores diretos, quanto para todos os associados que terão acesso a muitos bens e serviços a preços muito reduzidos, através de descontos etc.

Serão empreendimentos tais como editoras, escolas, muitos serviços, e mesmo indústrias e produção agrícola, que serão criados à medida que a Sociedade Humanitarista for se desenvolvendo. Estas empresas poderão tanto gerar recursos

para a promoção dos ideais humanitaristas, quanto aproximar e viabilizar a cooperação de muitas pessoas que de outro modo dificilmente se aproximariam da Sociedade Humanitarista. Estes empreendimentos não deverão produzir ou explorar serviços e produtos supérfluos, obedecendo ao princípio ético de que o luxo transforma-se em algo indevido quando muitos não dispõem sequer do essencial na vida.

Unidade na Diversidade

O lema da Sociedade Humanitarista é **UNIDADE NA DIVERSIDADE**. Seu símbolo é uma figura humana com os braços abertos, simbolizando a

(p. 100)

irmandade de todos os seres humanos. As cores da Sociedade Humanitarista são o branco, o azul, o verde e o vermelho. O branco simbolizando a unidade, a integração de todas as cores. E as cores azul, verde e vermelho (que são as cores primárias do espectro-luz) simbolizando a diversidade. Das combinações destas três surgem todas as outras cores, como no exemplo de uma televisão a cores.

A União Faz a Força

A Sociedade Humanitarista, conforme indicam seus símbolos e suas atividades propostas, tem como objetivo concreto integrar cooperativa e harmoniosamente um grande número de pessoas. Estas isoladamente, ou divididas em pequenas organizações, muito pouco poderiam fazer de realmente transformador neste mundo, regido por gigantescas organizações de cunho privatista, isto é, que visam lucros privados, interesses grupais, corporativos, sectários, regionais, nacionais etc.

A Sociedade Humanitarista afirma e visa demonstrar praticamente que os seres humanos são capazes de cooperar harmoniosamente, desde que organizados inteligentemente, ou seja, sobre os fundamentos de princípios simples e verdadeiros. Não há nada de novo neste propósito. As antigas tradições religiosas já nos transmitiram esta orientação e este ensinamento, a exemplo da seguinte passagem dos antiquíssimos **Vedas**:

**“Pequenos esforços engenhosamente combinados
Tornam-se extraordinariamente poderosos.
Elefantes furiosos são amarrados
Por um cordão de fibras de grama entrelaçadas.”**

Os Princípios Fundamentais

Como uma doutrina ou como uma filosofia sócio-política o Humanitarismo está fundamentado em apenas quatro grandes e simples princípios, cuja importância os capítulos anteriores procuraram demonstrar. Estes princípios foram apresentados na Introdução, mas cabe repeti-los:

(p. 101)

- 1 – Todos os seres humanos constituem uma FRATERNIDADE.**
- 2 – Todos os seres humanos possuem uma mesma origem e uma mesma natureza essencial e, portanto, IGUAL VALOR.**
- 3 – Não obstante a sua unidade e igualdade essenciais, os seres humanos apresentam CAPACIDADES DIFERENCIADAS.**
- 4 – Em vista destes princípios, a norma que deve presidir a justiça e a harmonia possível entre os seres humanos é a da IGUALDADE DE OPORTUNIDADES para o desenvolvimento de suas capacidades individuais diferenciadas.**

Uma Deliberada Simplicidade Doutrinária

As pessoas que se associam à Sociedade Humanitarista declaram sua adesão tão somente a estes princípios, intencionalmente simples, uma vez que esta organização visa demonstrar, na prática, a possibilidade de uma cooperação e de uma convivência harmoniosa entre pessoas muito diferentes, tanto em termos culturais, religiosos etc., quanto em termos de capacidades individuais, desde que elas possam concordar quanto a alguns poucos princípios amplos e universais.

A simplicidade destes princípios fundamentais, deste modo, visa não colocar obstáculos desnecessários ao relacionamento harmonioso ou à cooperação frutífera entre indivíduos pertencentes às várias tradições culturais e de diferentes níveis de compreensão.

Além deste objetivo de não criar obstáculos indevidos à aproximação de pessoas de diferentes tradições e capacidades, há outras razões muito importantes porque o Humanitarismo como uma doutrina busca evitar, tanto quanto isto for possível, uma desnecessária complexidade. Estas razões estão relacionadas com os perigos do intelectualismo. Isto é, com o perigo de se atribuir uma importância exagerada às atividades meramente intelectuais.

Os Perigos do Intelectualismo

O intelectualismo é outro dos terríveis equívocos ou falsidades que dominam o mundo de nossos dias. Ele também brota muito naturalmente das visões de ser humano hoje dominantes, na medida em que elas não reconhecem claramente o fato e a decisiva importância da existência, pelo menos em uma minoria, de capacidades supra-intelectuais (de poder de conhecimento intuitivo, ou seja, de uma verdadeira capacidade de realização interior da Unidade por detrás de toda a diversidade), que são inerentes ao nível de desenvolvimento alcançado pelo menos por aqueles seres humanos de maior nível de capacidades.

(p. 102)

O mundo de hoje, em consequência disso, valoriza e premia exageradamente o intelectualismo. Não percebendo que o conhecimento meramente intelectual, embora tendo o seu lugar e a sua importância (que não devem ser de modo algum desprezados), também apresenta severas limitações.

O conhecimento meramente intelectual baseia-se na memória e na comparação. Ele está aprisionado, portanto, dentro do campo da dualidade e da separatividade e, deste modo, tende a negar a existência da Unidade, bem como a menosprezar ou mesmo a ignorar a existência da sabedoria, do altruísmo e da virtude genuína entre os seres humanos (ainda que estes preponderem de forma marcante apenas numa pequena minoria). Isto, por sua vez, resulta inevitavelmente em valores éticos e em concepções de deveres bastante equivocadas. Sem o claro reconhecimento da Unidade e da simultânea extraordinária diversidade de capacidades entre os seres humanos, como procuramos demonstrar antes, não existe a menor chance de soluções eficazes para os grandes problemas humanos duais, a exemplo da dualidade entre liberdade e despotismo (autoritarismo ou exacerbação da autoridade).

Apenas por estas razões o intelectualismo deve ser reconhecido como um grave problema e como uma das grandes tragédias derivadas das falsas concepções de ser humano hoje dominantes no mundo. Como escreveu Francis Bacon, a ciência é um instrumento que pode auxiliar muito aos seres humanos e que precisa ser desenvolvida, mas ela não pode orientar, por exemplo, nem sequer o seu próprio desenvolvimento. Isto porque este desenvolvimento depende de uma clara e justa avaliação de prioridades, a fim de que se possa discernir em quais as áreas devem ser concentrados os recursos sempre relativamente escassos à disposição dos projetos de pesquisa científica.

A Necessidade da Verdadeira Sabedoria

Esta orientação do desenvolvimento da própria ciência, portanto, depende de uma verdadeira sabedoria a qual, por sua vez, está necessariamente ligada a valores éticos. E estes valores éticos não dependem de qualquer processo meramente mecânico ou quantitativo, mas sim do que Bacon chamava de “*uma outra ciência*”, estes valores dependem de processos de natureza interior ou intuitiva (do latim *intueri*, isto é, olhar (*tueri*), sobre ou para dentro (*in*)) ou, se quisermos usar as palavras do próprio Francis Bacon, dependem da “*contemplação e da meditação*”.

(p. 103)

Esta verdadeira sabedoria que é capaz, por exemplo, de discernir com segurança as prioridades, não pode existir sem noções éticas, e estas por sua vez só podem ter como fundamento seguro e real a fusão entre conhecimento e virtude, isto é, o genuíno altruísmo etc. Esta fusão implica numa transcendência da dualidade e da separatividade, que são características essenciais do conhecimento meramente intelectual. Isto porque o conhecimento intelectual está baseado na comparação, na memória, no dualismo – razão pela qual os filósofos gregos o chamaram de “*dialética*”, ou seja, processo de conhecimento que implica em separar a alma em duas partes, pois toda a comparação implica em duas partes.

Estes limites do conhecimento intelectual tornam-se claramente perceptíveis ao observarmos o fato de que todo conhecimento intelectual é como um instrumento, o qual pode ser usado tanto para construir quanto para destruir, tanto para curar quanto para ferir, tanto para o bem quanto o para o mal. A sabedoria necessita vitalmente, deste modo, da superação desta dualidade, isto é, necessita da realização da Unidade. E também por esta razão a afirmação filosófica da Unidade é um conceito essencial do Humanitarismo.

Para muitos estas questões acima serão excessivamente abstratas, o que é perfeitamente normal. Mas quase todos podem perceber que os estudos e as discussões meramente intelectuais tendem a se encerrar em “torres de marfim”, produzindo uma sofisticação lingüística cada vez mais complexa, nas quais se estabelece com extraordinária facilidade uma desproporcional ou excessiva importância às atividades e disputas intelectuais, quase como se fossem um fim em si mesmas.

O resultado disto, ainda que inconsciente, como é tão fácil de constatar em alguns casos, é um descolamento, uma alienação, um perder de vista da relação com os problemas mais urgentes e que mais atormentam o mundo. É bem ilustrativo o fato de que os homens conseguiram resolver tantos problemas muito sofisticados, como aqueles das viagens espaciais, da bomba atômica, do desenvolvimento de velocíssimos computadores etc., mas não conseguiram sucesso em questões nada complexas, mas muito mais urgentes, como a simples alimentação ou a moradia para todos os seres humanos. Se isto não é uma demonstração do enorme intelectualismo de nossa época, então o que poderá ser?

Este segundo aspecto da opção por uma relativa simplicidade doutrinária, portanto, prende-se ao fato de que há graves e urgentes problemas, dos quais a nossa atenção não pode ser desviada. Este desvio implica na quase certeza de uma

(p. 104)

perda do senso de prioridades, de quais são os problemas que devemos resolver em primeiro lugar. Há a necessidade de alguma elaboração intelectual ou doutrinária, é claro. Como há a necessidade de mapas. Mas são tão graves os problemas que desafiam a humanidade de nossos dias, tão vastas as suas conseqüências, que se faz necessária uma especial ênfase na solução efetiva de problemas simples, porém absolutamente prioritários. E para facilitar uma ação cultural, política e social radicalmente diferente, isto é, comprometida com a solução consistente dos mais urgentes problemas humanos é que o Humanitarismo optou por uma voluntária simplicidade doutrinária, que diminua os riscos do intelectualismo – de se atribuir

exagerada importância à sofisticação intelectual e ao mero acúmulo de conhecimentos.

Uma Rara Oportunidade de Cooperação

Aquelas pessoas que compreenderem a importância dos princípios do Humanitarismo para o bem-estar de toda a humanidade, e, sobretudo, para o bem-estar dos países e das populações mais pobres deste mundo, não poderão deixar de sentir a seriedade do apelo aqui feito sobre a importância de darem a sua cooperação, dentro de suas próprias capacidades, grandes ou pequenas, ao trabalho da organização ímpar no mundo que é a Sociedade Humanitarista.

As pessoas que concordarem com o que aqui foi transmitido, que graças a esta visão passarem a entender melhor a vida social, política e econômica de seus países e do planeta e, portanto, passarem a entenderem melhor a sua própria vida e o seu próprio lugar dentro da realidade social, não continuarão a apoiar posturas, discursos e organizações medíocres e geradoras de mais miséria no mundo. Estas pessoas não poderão deixar passar a oportunidade raríssima de auxiliar nos momentos iniciais e mais difíceis da trajetória do Humanitarismo e da Sociedade Humanitarista. Elas refletirão sobre a pobreza de uma vida que não encontrou um movimento com o qual cooperar que vá até as causas, que não fique nas conseqüências, nos efeitos dos problemas mundiais. E com

(p. 105)

imensa alegria elas compreenderão e responderão de forma positiva e prática à importância desta cooperação.

Desde logo manifestamos o nosso sincero respeito aos que não puderem concordar com as visões que aqui foram expostas. Também solicitamos que, se isto for possível, nos apresentem suas críticas e sugestões, pelo que ficaríamos muito agradecidos.

(p. 106)

BIBLIOGRAFIA

BACON, Francis – *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações Acerca da Interpretação da Natureza*. São Paulo, Abril Cultural, 1973. 278 p.

BOBBIO, Norberto et al. – *Dicionário de Política*. Brasília, Universidade de Brasília, 1986. 1290 p.

CAPRA, Fritjof – *The Tao of Physics*. New York, Bantam Books, 1977. 332 p.

CONVERSE, Philip E. – *The Nature of Belief Systems in Mass Publics*. Em: APTER, D. E., org. *Ideology and Discontent*. New York, The Free Press of Glencoe, 1964. p. 206-261.

CONVERSE, Philip E. – *Public Opinion and Voting Behaviour*. Em: GREENSTEIN, F. I. – *Handbook of Political Science*, vol. 4, Reading, Massachusetts, 1975. p. 75-169.

CONVERSE, Philip E. e PIERCE, Roy – *Political Representation in France*. Harvard University Press, 1986. 1040 p.

CONVERSE, Philip E. et al. – *The American Voter*. New York, Wiley, 1960. 576 p.

DE CEW Jr, Judson M. – *Political Experience and Electoral Politics in Brazil: Rio Grande do Sul, 1945-1974*. The University of Connecticut, 1977. 563 p. Diss. Dout. Ciência Política.

(p. 107)

DUVERGER, Maurice – *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987. 465 p.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda – *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. 1838 p.

GABEIRA, Fernando – *Vida Alternativa: Uma Revolução do Dia a Dia*. Porto Alegre, L&PM, 1985. 86 p.

GAER, Joseph – *A Sabedoria das Grandes Religiões*. São Paulo, Cultrix, 1965. 267 p.

MACPHERSON, C. B. – *A Democracia Liberal: Origens e Evolução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978. 118 p.

MOSCA, G. e BOUTHOU, G. – *História das Doutrinas Políticas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962. 416 p.

RAMOS, Alberto Guerreiro – *A Nova Ciência das Organizações*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1981. 209 p.

SCHUMACHER, E. F. – *O Negócio é Ser Pequeno*. Rio de Janeiro, Zahar, 1983. 261 p.

SISSON F., Arnaldo – *A Consciência Política na Massa e as Eleições de 1982 em Porto Alegre*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1984. 159 p. Diss. de Mestrado Ciência Política.

TAIMNI, I. K. – *Gayatri*. Editora Teosófica, Brasília, 1991. 192 p.